

ATA DA OCTOGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 27-9-2023.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 178 e 587/23 (Processos nºs 0349 e 0999/23), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 408/23 (Processo nº 0732/23), de autoria de Mari Pimentel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 488/23 (Processo nº 0829/23), de autoria de Giovani Culau e Coletivo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 561/23 (Processo nº 0945/23), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 577/23 (Processo nº 0977/23), de autoria de Comandante Nádia; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 581 e 586/23 (Processo nºs 0982 e 0994/23), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 589/23 (Processo nº 1002/23), de autoria de Pablo Melo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 594/23 (Processo nº 1011/23), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 604/23 (Processo nº 1025/23), de autoria de Juan César Savedra; o Projeto de Resolução nº 074/23 (Processo nº 0998/23), de autoria de Tiago Albrecht; e o Projeto de Resolução nº 077/23 (Processo nº 1016/23), de autoria de Mauro Pinheiro. Foi apregoado o Ofício nº 3167/23, firmado pelo senhor Sebastião Melo, Prefeito, por meio do qual informa o cancelamento da viagem programada para os dias vinte e seis a vinte e nove de setembro do corrente ao Uruguai, a fim de conhecer a experiência de Parceria Pública-Privada (PPP) para infraestrutura na Rede de Ensino e de transformação digital da educação através do Conectividade Educativa de Informática Básica para el Aprendizaje en Línea (CEIBAL) (SEI nº 118.00583/2023-47). Claudio Janta procedeu à entrega, à Presidência, de documento firmado por Alison Lucie Pituco, representante da Associação dos Taxistas de Porto Alegre - ASSTAXI, por meio do qual apresenta pedido para utilização do período da Tribuna Popular pela entidade. Fernanda Barth formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão, ao que Hamilton Sossmeier, presidindo, respondeu que esse pedido seria apreciado assim que iniciada a Ordem do Dia. Cassiá

Carpes formulou Requerimento verbal, solicitando o ingresso imediato no período da Ordem do Dia. Cláudio Conceição formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão, ao que Hamilton Sossmeier, presidindo, respondeu que esse pedido seria votado posteriormente. Hamilton Sossmeier, presidindo, convidou para concerto especial da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), em homenagem aos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre, a ser realizado no dia trinta de setembro do corrente, às dezessete na Casa da OSPA, junto ao Centro Administrativo Fernando Ferrari e, por solicitação de Alvoni Medina, convidou também para a I Feira de Famílias Atípicas Empreendedoras da Câmara Municipal de Porto Alegre, que está sendo realizada nas dependências deste Legislativo. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Tiago Albrecht, solicitando o ingresso imediato no período da Ordem do Dia. Às quatorze horas e trinta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoado Requerimento de autoria de Psicóloga Tanise Sabino, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/21 (Proc. nº 0357/21). Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Jessé Sangalli, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/21). Foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria de Mari Pimentel, à Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 135/15 (Processo nº 1454/15), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Subemenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Mari Pimentel, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 135/15 (Proc. nº 1454/15), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa o envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de José Freitas, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 140/22 (Proc. nº 0271/22). Foi aprovado o Requerimento verbal, formulado por Fernanda Barth, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão – apreciando-se, após o Projeto de Lei do Executivo nº 026/23 (Proc. nº 0943/23), o Requerimento nº 164/23 (Proc. nº 0902/23) –, após ser encaminhado à votação por Claudio Janta, Mauro Pinheiro, Biga Pereira, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger, Tiago Albrecht, Roberto Robaina, Fernanda Barth e Jonas Reis, por quinze votos SIM, quatro votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Airto Ferronato, Karen Santos, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga e optado pela Abstenção Conselheiro Marcelo e Gilson Padeiro. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Conselheiro Marcelo, solicitando a inclusão, na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão, do Projeto de Lei do Legislativo nº 400/23 (Processo nº 0717/23). Também, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jessé Sangalli, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/21

(Processo nº 0357/21). Claudio Janta formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Claudio Conceição formulou Requerimento verbal, aprovado tacitamente durante pronunciamento de Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento verbal solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão, o qual havia sido feito antes do início da Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Conselheiro Marcelo, solicitando a retirada de priorização do Projeto de Lei do Legislativo nº 400/23 (Proc. nº 0717/23), bem como sua priorização para a Ordem do Dia da Sessão Ordinária prevista para o dia dois de outubro do corrente. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 187/23 (Processo nº 1003/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 026/23 (Processo nº 0943/23), após ser encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga, Tiago Albrecht, Jonas Reis, Engº Comassetto, Idenir Cecchim e Cassiá Carpes. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 164/23 (Processo nº 0902/23), após ser encaminhado à votação por Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Mauro Pinheiro, Alvoni Medina, Jonas Reis, Idenir Cecchim, Claudio Janta, Comandante Nádia, Biga Pereira, Mônica Leal, Cláudio Conceição e Márcio Bins Ely, por dezenove votos SIM e oito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Biga Pereira, Engº Comassetto, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Na oportunidade, foi constatada existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudia Araújo. Foi rejeitado o Requerimento verbal, formulado por Biga Pereira, solicitando a retirada de priorização do Requerimento nº 190/23 (Processo nº 1029/23), bem como sua priorização como primeira matéria a ser apreciada durante a Ordem do Dia da Sessão Ordinária prevista para o dia dois de outubro do corrente, após ser encaminhado à votação por Mauro Pinheiro, Comandante Nádia e Biga Pereira, por quatorze votos SIM e quinze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário, Comandante Nádia, Fernanda Barth e Alvoni Medina, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 033/23 (Processo nº 0315/23), após ser discutido por Aldacir Oliboni, por vinte e cinco votos SIM e sete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Engº

Comassetto, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, e votado Não Comandante Nádia, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 579/21 (Processo nº 1306/21), por vinte e um votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Ramiro Rosário, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alvoní Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 401/21 (Processo nº 0957/21). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Moisés Maluco do Bem, solicitando o adiamento, por uma Sessão, da apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 127/23 (Processo nº 0269/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jonas Reis, solicitando o adiamento, por uma Sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 224/22 (Processo nº 0435/22). Foi aprovado Requerimento formulado por Mauro Pinheiro, solicitando a retirada de priorização do Projeto de Lei do Legislativo nº 360/23 (Processo nº 0632/23), bem como solicitando sua priorização como primeira matéria a ser apreciada durante a Ordem do Dia da Sessão Ordinária prevista para o dia quatro de outubro do corrente. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Tiago Albrecht, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 403/22 (Processo nº 0830/22). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 074/07 (Processo nº 2428/07). Na oportunidade, foi constatada inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Jonas Reis. Às dezessete horas e quarenta e seis minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 564, 566 e 572/23; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 198 e 547/23; e os Projetos de Resolução nºs 068 e 072/23. Às dezessete horas e quarenta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Fernanda Barth e Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 3.167/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa o cancelamento da viagem programada para os dias 26 a 29 de setembro de 2023 ao Uruguai, a fim de conhecer a experiência de Parceria Pública-Privada (PPP) para infraestrutura na rede de ensino e de transformação digital da educação através do Conectividade Educativa de Informática Básica para el Aprendizaje en Línea (CEIBAL) (SEI nº 118.00583/2023-47).

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, boa tarde ao senhor e a todos os membros desta Casa. Nós estamos tendo algumas reuniões com o setor dos táxis em Porto Alegre, já tivemos várias reuniões e queríamos chamar para fazer a entrega para o senhor de um pedido de uma tribuna, na segunda-feira que vem, para expor os motivos que os taxistas estão tendo essas reuniões com o prefeito, uma ameaça até de paralisar. Eu pediria ao Sr. Alison Lucie Pictuco, representante dos taxistas, que entregasse para o senhor o pedido de Tribuna Popular na próxima segunda-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos passar primeiramente à votação do Requerimento nº 164/23. Solicito também que seja sem encaminhamento, como a gente já fez outras vezes aqui na Câmara.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Voltaremos a esse tema quando entrarmos na Ordem do Dia. O requerimento fica feito, quando entrarmos na Ordem do Dia, vamos votar.

Vereador Cassiá Carpes (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, primeiramente, passar à votação do Requerimento nº 193/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quando entrarmos na Ordem do Dia, votaremos o seu requerimento.

Convido todos os vereadores a participarem do concerto da OSPA em homenagem aos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre, que vai ocorrer neste sábado, 30 de setembro, às 17h, na casa da OSPA. Os vereadores podem pegar hoje os

seus ingressos na presidência, são dois ingressos disponíveis para cada vereador e devem ser retirados no gabinete da presidência hoje até as 18h

O Ver. Alvoni Medina está convidando para que os vereadores possam visitar a 1ª Feira de Famílias Atípicas Empreendedoras, que está ocorrendo aqui na Câmara Municipal. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste, nós temos passado um período atípico na cidade de Porto Alegre, um período dentro da cidade que, desde em torno de 1940, não se via. As ameaças das águas, as ameaças climáticas que começaram ali em julho, no Caraá, perto de Santo Antônio da Patrulha, e vem vindo. Vimos o que aconteceu no Vale do Caí; depois, vimos o que aconteceu no Vale do Taquari e, agora, estamos vendo o que está acontecendo com a cidade de Porto Alegre. Cidade que, além do rio Guaíba receber vários afluentes, além dos nossos córregos dentro da cidade que deságuam e chegam até o Guaíba, nós temos também a questão do vento. O vento sul que, com a sua força, e hoje está bem forte, fica represando as águas do Guaíba para chegar até a Lagoa dos Patos é algo que vem acontecendo. Já tivemos outros fenômenos em outros anos, só que agora vem muito mais seguido, agora vem acontecendo rápido. Em menos de três meses, já tivemos meia dúzia de eventos como esse, e isso tira as pessoas do seu conforto de acordar de manhã; primeiro, de dormir na sua casa, acordar de manhã, tomar o seu café, fazer as suas atividades. Pessoas que hoje se encontram em asilos, pessoas que se encontram hoje em abrigos, pessoas que se encontram hoje na casa de familiares, deixando o conforto do seu lar. E isso é algo que entristece todos, porque não é algo que as pessoas acordaram de manhã e resolveram provocar, algo que as pessoas acordaram de manhã e resolveram simplesmente que tinha que acontecer; é algo que foge da decisão pessoal das pessoas, que saem, volto a dizer, do seu conforto, da sua casa, do seu convívio familiar, das suas coisas. A gente vê, através das redes sociais, da televisão, do rádio, não é o apego ao material, é o apego ao que foi construído, sejam seus móveis, sejam seus utensílios, seja sua casa, é a dor que a gente viu recentemente em Arroio do Meio, que a gente viu recentemente em outras cidades do nosso Rio Grande do Sul, quando a água, a natureza fez grandes estragos. Então nós viemos aqui, em nome do nosso partido, prestar solidariedade a todas pessoas que estão sendo penalizadas, pode-se dizer assim, por esse evento climático, e também prestar as nossas honras à Defesa Civil, ao Corpo de Bombeiros, aos voluntários, aos trabalhadores do Departamento de Água e Esgoto, aos trabalhadores do departamento de energia, a todas pessoas, à sociedade civil que nesses momentos se organiza, é solidária e faz a parte que compõe essa Nação de um ajudar o outro, de um estender a mão para o outro. Então ninguém quer estar passando por isso, ninguém mora na beira de um arroio, na beira de um rio porque quer, as pessoas moram por necessidade. Então é importante nós termos políticas públicas para resolver esse problema, e as políticas públicas vêm da onde detém o dinheiro, as políticas públicas só pode vir lá de Brasília, as políticas públicas só pode vir do governo federal que detém 64% de cada Real arrecadado na cidade de Porto Alegre de impostos. Fica lá o dinheiro,

então esse dinheiro tem que retornar e é o momento desse dinheiro retornar, beneficiando as pessoas mais necessitada e atingidas por essa catástrofe, pode-se dizer assim, que assola o nosso Estado e principalmente a nossa cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero registrar a presença da dirigente da PSD do Paraná, Sra. Joseli Colaço. Seja muito bem-vinda a esta Casa, obrigado pela presença.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Tiago. Eu acho pertinente, foi uma sugestão, inclusive, do colégio de líderes. Nós colocaremos em votação depois da fala do Ver. Roberto Robaina.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara, todos os que vieram visitar a sessão no dia de hoje; nós estamos, neste momento, nesta situação dramática aqui em Porto Alegre, sobretudo em algumas regiões da cidade, como muito bem disse o vereador que me antecedeu, o Ver. Janta. Tivemos essa tragédia no Vale do Taquari, uma tragédia, infelizmente, anunciada, não é algo que ocorreu por acaso, são eventos climáticos, e a falta de investimento em infraestrutura, a falta de planejamento fez com que, inclusive, vidas fossem perdidas, o que é sempre o mais doloroso. Aqui em Porto Alegre, nós estamos também vivendo uma situação dramática na região das ilhas. Eu conheço muito bem, morei dez anos na Ilha da Pintada, tenho familiares que moram na Ilha da Pintada. Na casa da minha sogra, para vocês terem uma ideia, todos os móveis foram perdidos, e perda material também tem peso, porque custa caro. São prejuízos tremendos, além da questão sentimental, afetiva com o que a gente investe, com o que a gente constrói, são recursos perdidos, muitos recursos perdidos. No caso da região das ilhas, nós já estamos numa situação pior do que a enchente de 2015, que já foi uma enchente duríssima na região das Ilhas. Agora, hoje, pela manhã, inclusive estava tendo a intervenção do Exército para que as pessoas idosas, para que as crianças pudessem ser resgatadas. Nós tivemos que entrar em contato com a CEEE para que desligasse as luzes, porque, do contrário, o risco de vida é ainda maior com problema da energia elétrica. Então é uma situação dramática, é uma situação em que o governo tanto federal, estadual quanto municipal devem olhar com muita atenção. Eu, no caso da região das Ilhas, quero divulgar. Todas as Ilhas, eu conheço muito bem a Ilha da Pintada porque lá morei, mas em todas as Ilhas a principal necessidade é alimentação. Quer dizer, essa é a necessidade básica, para vocês verem o tamanho do drama, porque nós estamos numa situação onde

a necessidade básica de socorro é alimentação. Eu acho que isso deve ser responsabilidade dos governos, os governos devem atuar para garantir cestas básicas, mas também é lógico que a gente deve chamar a sociedade a ser solidária mais uma vez. Infelizmente, a nossa sociedade, a população tem sido chamada muito mais vezes do que a sociedade é capaz de apoiar, porque, na nossa sociedade, a maioria das pessoas também têm necessidades próprias, mesmo assim é a sociedade, são as pessoas, é a população que mais ajuda, mais, inclusive, do que os governantes. No caso das Ilhas, eu queria divulgar a chave do Pix do padre Rudimar, que muitos conhecem, é um padre que faz muito trabalho social na região das Ilhas, muito conhecido. Então, eu quero aproveitar a TVCâmara para anunciar a chave do Pix: CPF 604.680.090-00 – essa é a chave do Pix do padre Rudimar, para que as pessoas possam ajudar a ser solidárias à região das Ilhas.

Eu quero concluir, Presidente Hamilton, insistindo que é preciso produzir políticas, é preciso produzir legislação que favoreça as pessoas prejudicadas por essas enchentes. Essa é a razão pela qual eu apresentei um projeto de lei, conseguimos aprovar na reunião conjunta das comissões, e eu pedi que seja priorizado, pois é um projeto de lei que garante a isenção do pagamento de IPTU para as famílias que foram vítimas das enchentes. Não é possível que pessoas que perderam os seus móveis, perderam os seus pertences, quando não perderam os seus entes queridos – que aí é um caso ainda muito pior –, mas não é possível que as pessoas sejam prejudicadas e não se tenha uma política pública ativa no sentido de minorar os problemas. Então, eu apresentei esse projeto de lei para que as famílias que sofreram com as enchentes, que tiveram as suas casas afetadas pela enchente tenham a isenção do pagamento do IPTU. Eu acho que é uma política tributária mínima necessária. E eu vou pedir o apoio de todos os vereadores e vereadoras para que, na semana que vem, se apoie esse projeto e se ajude, minimamente, a termos políticas públicas que garantam o mínimo de justiça. Muito obrigado, Presidente Hamilton, um abraço a todos e todas e aos telespectadores da TVCâmara.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(14h39min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCL nº 015/21.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLCL nº 015/21.

Apregoo Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, à Emenda nº 01 ao PLL nº 135/15.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 135/15 à apreciação das comissões para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 135/15.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 135/15 à apreciação das comissões para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 140/22.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLE nº 026/23, passar à discussão e votação do Requerimento nº 164/23, sob risco de perda do objeto se não for votado hoje. Foi o requerimento que nós passamos a segunda-feira inteira, praticamente, debatendo. Eu me comprometo a não encaminhar e não debater, para que a gente possa simplesmente votar esse requerimento, para que ele seja aprovado sem mais delongas.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB) (Requerimento): Presidente Hamilton, diretor, gostaria da priorização do PLL 400/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Só um minutinho, vereador. Nós vamos concluir um aqui e já entramos no outro.

Em votação, o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, público que nos assiste, para a senhora e o senhor entenderem em casa como é que funciona esta Casa, como é que funciona, até chegar neste momento. O vereador protocola o projeto, esse projeto vai para análise da diretoria legislativa, da diretoria legislativa vai para a procuradoria, a procuradoria determina o óbice desse projeto, ou não, ele volta, se necessário, para a DL. Se não, a DL apregoa em duas sessões aqui na Casa e aí ele é distribuído para as comissões, e as comissões começam a discutir e debater esse projeto. Daqui a pouco, votam e encaminham para outro ou entra numa conjunta, esse é o trâmite. Depois, nós temos, às quartas-feiras de manhã, a reunião de líderes. Cada bancada aqui tem o seu líder, independentemente do tamanho da bancada, e, na reunião de líderes, junto

com a Mesa Diretora e a mesa deliberativa, a DL determina as prioridades de votação. E assim a gente tem procedido.

Hoje nós tivemos reunião do colégio de líderes, e o colégio de líderes decidiu, por reunião, votar os projetos que aqui se encontram. Esse projeto que a Ver.^a Fernanda quer botar para primeiro, ele é o sétimo. E eu tenho projetos na frente e não concordo. A reunião de líderes deliberou que ele seria o sétimo, e eu quero votar antes os meus projetos. Eu me comprometo, assim como todos, a ficar aqui para votar. Nós estamos aqui para votar.

Agora, nós temos projetos, eu considero o meu projeto importantíssimo, meu projeto trata de temas da população de Porto Alegre. Então, eu acho que nós temos que começar a valorizar o colégio de líderes, que se reúne todas as quartas-feiras, 11h da manhã, ou então não tem por que nós termos reunião do colégio de líderes. A DL faz, apresenta para nós, e aqui nós fizemos encaminhamento do que vota e do que não vota antes. Nós estamos falando de um tema que já foi sucumbido, porque houve um voto só, separado, voltou para o Presidente, o Presidente já tirou da ordem, botou lá embaixo, então, se nós vamos aqui ficar discutindo todas as moções que esta Casa tem, nós vamos ficar só votando moções, nós temos que votar coisas importantes para a cidade de Porto Alegre, nós temos projetos de vários pares aqui. Os projetos que antecedem o Requerimento nº 164/23, da Ver.^a Fernanda Barth, que está em sétimo lugar na ordem de priorização, também são importantes para a cidade de Porto Alegre. Agora, nós viemos aqui defender que prevaleça a priorização que está nesta Casa desde antes do recesso. Tem dois projetos meus que estão na priorização desde antes do recesso, e toda segunda-feira ou quarta-feira... Na segunda-feira, são várias homenagens, aí, quando a gente vai votar, já não tem quórum, e na quarta-feira a gente entra nas lideranças e depois começa a votar os projetos. Então, eu tenho dois projetos que estão priorizados, um deles está antes do sétimo e está desde antes do recesso para ser votado, então nós viemos encaminhar o “não”, viemos encaminhar para mantermos a ordem estabelecida pela reunião do colégio de líderes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL nº400/23 na priorização de votação da presente sessão. É um título de cidadão para o Sr. João Batista Machado da Rocha, que é o presidente do Pão dos Pobres.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Essa solicitação do Ver. Conselheiro Marcelo é para ver se os colegas aceitam incluir na priorização, não é para inverter a priorização, *ok?* Então, primeiro continua o encaminhamento do requerimento da Ver.^a Fernanda Barth, com o Ver. Mauro Pinheiro, e depois nós colocamos em votação o requerimento do Ver. Conselheiro Marcelo.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente Ver. Hamilton, demais vereadores, público que nos assiste, galerias, TVCâmara, redes sociais; o vereador, meu amigo, Claudio Janta tem todo direito de querer manter a ordem e manter o seu projeto, mas é de praxe aqui na Casa pedirmos alteração da votação dos projetos. É um requerimento da Ver.^a Fernanda Barth, do meu partido, o PL; é um projeto que tem uma certa urgência para ser votado, sobre uma moção. Inclusive, vereador, discordo das moções, mas é de praxe, aqui na Casa têm sido votadas várias moções – essa é uma moção que se julga importante a discussão, porque, na minha opinião, fere o direito democrático, quando se fez decisões importantes a respeito de um tema bastante polêmico, que é o aborto, e o STF, através de um processo, quer interferir inclusive na Constituição do País. Eu, como vereador, não concordo com essa posição do STF. Independente de discutirmos a questão do aborto, temos que discutir a fórmula, o projeto, o ângulo, o STF quer fazer uma modificação importante sem o debate com a sociedade. Eu não concordo, em primeiro lugar, com as medidas do STF. Eu acho que essa moção é importante para que a gente possa se posicionar e fazer o debate; portanto, o que a Ver.^a Fernanda quer não é incluir na Ordem do Dia, já está na Ordem do Dia há alguns dias o projeto da Ver.^a Fernanda Barth, que está pedindo que seja o segundo projeto, é o requerimento para que seja votado após o projeto do Executivo. É válida a questão do Ver. Claudio Janta, que quer votar os dele; agora, o acordo entre os vereadores sempre prevaleceu nesta Casa no plenário. A maioria dos vereadores decide a ordem de votação. Então, eu gostaria de votar o requerimento, aprovar; peço aos colegas para que a gente possa votar o da Ver.^a Fernanda Barth, nada altera, podemos colocar o do Ver. Cláudio Janta, temos dois projetos, e fazer a discussão, Ver. Cláudio Janta, para ser o terceiro, um dos seus, ou quem sabe o senhor discute aqui no plenário com a vereadora para que a gente ajuste um segundo e um terceiro, mas que a gente possa, não só votar o da Ver.^a Fernanda Barth, mas votar todos os projetos aí, exaurir hoje a votação dos projetos que temos na Casa. Então, faço um apelo, é um projeto que já foi discutido na semana passada, teve uma discussão em torno desse projeto da Ver.^a Fernanda, e a gente pede a colaboração dos vereadores para que a gente possa votar ele como segundo projeto do dia de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadoras, vereadores, líder do governo, eu pedi este espaço de encaminhamento para fazer um chamamento aos nobres pares. É a segunda vez que o nosso Presidente Hamilton Sossmeier faz um apelo a todos nós, todas nós, para que aquilo que se encaminha, que se acorda no colégio de líderes seja respeitado. Hoje, mais uma vez, o nosso Presidente fez esse apelo, o que está na Ordem do Dia está na Ordem do Dia. A ordem que está estabelecida ali é a ordem que virá para o plenário, e foi orientado a

cada líder procurar os seus pares para orientar para não ocorrer mais isso, Ver. Mauro Pinheiro. Não tem por que os líderes decidirem isso – e aqui não é incluir; já está incluso na priorização. É só uma questão da ordem. A priorização já foi solicitada na reunião de líderes e foi derrotada. Até onde nós vamos sem respeitar a institucionalidade de uma Casa Legislativa? Para que que serve, Presidente Hamilton Sossmeier, se o senhor pediu, foi acatado pelos líderes, que assim seria, e, chegando aqui, sem mais nem menos, tenta priorizar – e o Ver. Janta diz o argumento principal, tem vereadores que apresentaram projetos que estão tramitando há mais de seis meses e vão ficando para trás, vão indo e não são colocados na ordem que os líderes assim decidem. Por isso, eu vim aqui, Presidente Hamilton, para dizer que eu respeito a presidência desta Casa, eu respeito a Mesa e os líderes naquilo que foi decidido, e que acho que todos nós deveríamos seguir nessa batida de sermos institucionais e de termos respeito com aquilo que os colegas, a liderança decidem. Por isso eu peço, Ver. Cecchim, que o senhor oriente, também, como liderança, os seus pares sobre a situação para que entendam a importância de nós mantermos aquilo que muitos vêm falar alto e em bom som, que é nós respeitarmos os ritos. Este é um rito: o respeito pela Mesa, por aquilo que a Mesa encaminha e pelo colégio de líderes. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, colegas. É muito engraçado assistir a alguns vereadores subirem à tribuna e falarem agora de rito, exatamente aqueles que não gostam muito de rito, e que não estão acostumados com a disciplina de uma ordem que possa acontecer em qualquer lugar, e nós estamos falando especificamente aqui da Câmara de Vereadores. Parece-me que é seletiva essa escolha do que vai ser solicitado para passar primeiro ou não, e eu concordo, o colégio de líderes está ali para definir a Ordem do Dia, mas não foi nem uma, nem duas, nem 10, nem 20, nem 30 vezes que, em plenário, algum vereador explicando e justificando o porquê de solicitar que seu projeto passe à frente – como é o caso da Ver.^a Fernanda, para não ter a perda do objeto –, está fazendo essa solicitação. Não pode ser seletivo isso, não pode ser só para hoje. Eu vou dizer para os senhores que se essa solicitação da Ver.^a Fernanda não passar, e que todos entendem que temos que cumprir a ordem do que está na Ordem do Dia, eu serei a primeira, na próxima semana, quando algum vereador solicitar uma prioridade – como foi o caso agora, inclusive, de incluir na pauta da Ordem do Dia, que foi o Ver. Marcelo, se não me engano –, a dizer “não” a todos, porque ou a gente tem uma flexibilidade aqui para entender os momentos políticos de cada vereador, independentemente da sua pauta, da sua ideologia e do seu lado, ou a gente vai ser igual para todo mundo. Então é algo que vai trazer uma jurisprudência muito ruim para esta Casa, que tem como premissa primeira a liberdade, tem como premissa a democracia, onde a maioria escolhe, e tem como premissa também

de que não existe projeto melhor ou pior, mas existem projetos, sim, que têm maior necessidade de serem votados por conta do tempo, e se passar algum tempo, ele já não é mais válido. Enfim, eu encaminho pelo “sim” à Ver.^a Fernanda, e dizendo “sim” à Ver.^a Fernanda, eu digo “sim” a todos os outros que quiseram encaminhar antes os seus projetos, e que, por mim, não teve problema algum. Mas é isso, é uma reflexão, e essa reflexão não pode ser seletiva: não é para um ou não é para outro, é para todos. Muito obrigada.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 015/21 por duas sessões.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Jessé. Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o Requerimento nº 164/23 seja a segunda matéria a ser votada.

Ninguém está discutindo o mérito da moção. O que nós estamos discutindo é ficar para votar a moção. Não estou discutindo o mérito, tanto que poderia a Ver.^a Fernanda ter conversado com o Ver. Jessé e ter incluído a moção agora, como a número dois, no lugar do projeto do Ver. Jessé Sangalli. Então, eu estou fazendo esse requerimento de incluir a moção no lugar do projeto do Ver. Jessé Sangalli, que daí não vai prejudicar ninguém; teríamos que discutir o projeto do vereador, votar o projeto do vereador. Então, eu encaminho para que seja incluída a moção no lugar do projeto do Ver. Jessé Sangalli. Aí, resolvemos o problema que não é o mérito, é simplesmente um projeto passar na frente do outro que está aguardando há bastante tempo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Sossmeier, eu falo em nome da bancada do MDB, Ver. Idenir Cecchim, Ver. Pablo Melo, para dizer que essa é uma moção bem-vinda sim, porque ela chama atenção ao que estão tentando modificar em prejuízo à vida. É uma vida que está nascendo, é uma vida que querem extirpar, que querem assassinar. Hoje, a legislação já permite diversas situações em que pode se praticar o aborto. Está na lei. Agora, ampliar e tratar isso como uma rotina, como algo que é liberado para qualquer situação, é um dano muito grande para a mulher. É um dano psicológico, é um dano eterno, porque nunca será esquecido que tinha uma vida que foi ceifada pelos métodos de novas legislações no País. Temos tanto a nos preocupar. Temos tantos programas que podem ser trabalhados na prevenção, da juventude. Já tivemos um programa desses. Eu vou lembrar que foi a primeira dama do

Estado, a esposa do ex-governador Germano Rigotto, que fez uma campanha muito grande na região da Restinga e entre outras vilas, justamente conscientizando as meninas e os menino sobre a gravidez, sobre a prevenção. Tudo é a prevenção e a educação, que tem que partir das escolas também, mas não liberar o assassinato de crianças que estão esperando para nascer, para dar até alegrias àquela que gerou. Então, esse encaminhamento é para dizer que nós somos favoráveis à moção, e, como católicos, nós também somos contra o aborto. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vamos colocar em votação o Requerimento nº 164/23, lembrando que, se aprovado, entra automaticamente no lugar do item número dois da ordem de priorização, que é o PLCL nº 015/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, senhoras e senhores vereadores, público que nos assiste nas galerias, público que nos assiste através das mídias e das redes sociais; esse assunto, não obstante seja de votação na câmara federal, é um assunto importante para a cidade de Porto Alegre, porque é nas cidades são feitos os abortos, é na cidade que fica a clínica, ou uma possível clínica de aborto. E, eventualmente, qual é o imposto que vai ser cobrado para matar crianças na barriga de suas mães? Será que vão cobrar ISSQN para matar bebezinhos? O Partido NOVO não chega nem a avançar ao mérito da questão, porque esse julgamento tem problemas formais, republicanos. O aborto deve ser uma decisão da sociedade. Numa democracia representativa como a brasileira, quem opina, quem decide pela sociedade é um parlamento, e há uma frase em Brasília – quem já esteve ou trabalhou lá sabe – que não deliberar é deliberar, porque a vida é um direito natural. O aborto nem deve ser pauta de deliberação, assim como, por exemplo, a pedofilia; pedofilia não é um assunto que a gente vá votar em Brasília, no Congresso, e decidir, porque isso é um crime, é um direito natural das crianças serem protegidas. Então não é a Suprema Corte que deve julgar esse tipo de assunto; aliás, a ministra Rosa Weber, que hoje – graças a Deus – se aposenta compulsoriamente, tentou driblar, fazer uma jabuticaba brasileira colocando no plenário virtual para que ela pudesse também dar o seu voto e lacrar. Infelizmente ela mancha sua biografia votando a favor do assassinato de bebês na barriga de suas mães. Por isso o partido NOVO é contra a forma, repito. Há no partido NOVO inclusive diversos debates sobre o assunto, mas o partido NOVO se atém aos princípios republicanos da separação de poderes, e é o Congresso Nacional que deve fazê-lo, essa é a democracia brasileira. Assim como para Presidente da República, o Presidente é quem as urnas consagram, por isso é papel de deputados e senadores, e se algum partido político é contrário, deveria ter vergonha na cara, não entrar na justiça e, sim, tentar eleger mais pares para a legislatura e assim tentar, porque numa democracia a maioria vence, é assim e sempre será, mesmo que a parte perdedora não concorde. Evidentemente que não se trata de uma ditadura da

maioria, mas nas decisões legislativas o partido NOVO entende que o foro apropriado é o parlamento, é o Congresso Nacional.

Por fim encerro dizendo que nós precisamos defender os seres humanos desde a concepção. O ser humano não se torna ser humano após 12 semanas, ele é um ser humano desde a sua concepção. Por isso, nós, do partido NOVO, entendemos que a lei já contempla as necessidades sobre o assunto e que de resto nós não deixaremos passar nesse País o assassinato de crianças no ventre de suas mães. Podem tentar via Judiciário, não passarão, que a República Federativa do Brasil e a sua divisão de poderes permaneça como a Constituição prevê. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Além do requerimento, Presidente Hamilton, já entrando no mérito, é preciso combater a ignorância e a má-fé. Os que vêm pregar o moralismo falso são aqueles que votaram moção de repúdio contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, são os mesmos que quiseram fazer, do dia 8, o Dia do Patriota, os mesmos que incentivam o movimento antivacina. A jornalista Rosane de Oliveira escreveu um artigo muito lúcido de quem, na verdade, compreende o mundo a partir do iluminismo, dos avanços, dos progressos, da civilização, a partir da Revolução Francesa. A Rosane de Oliveira escreveu assim: “Antes que alguém atire a primeira pedra com discursos recheados de hipocrisia e desinformação sobre o voto da ministra Rosa Weber, é preciso deixar claro que, na prática, o aborto é liberado no Brasil há muitos e muitos anos”. Contra os hipócritas, portanto. Rosane de Oliveira segue escrevendo: “Quem aqui escreve é uma mulher de 63 anos, mãe de um casal de filhos, que nunca pensou em fazer um aborto, mas não ignora a realidade de outras mulheres, sobretudo as que não têm acesso a informações, à informação sobre métodos anticoncepcionais. O aborto segue sendo crime na letra fria da lei, mas é praticado em larga escala em consultórios assépticos para mulheres que podem pagar, e em espeluncas insalubres para os pobres, ou melhor, para as pobres. Os políticos, em sua maioria, preferem fingir que a lei é respeitada e que as moças de família levam até o fim as gestações indesejadas. A ministra Rosa Weber sabe que seu voto favorável à descriminalização do aborto – é disso que se trata, são minhas as palavras, de deixar de fazer com que o aborto seja considerado um crime – até 12 semanas de gestação não terá outro efeito além de marcar posição e de abrir o debate necessário sobre um tema que remete a sofrimento. Aos 75 anos, Rosa colocou-se no lugar de mulheres em idade reprodutiva que se veem na difícil posição de decidir entre um aborto, correndo o risco de ser presa, e a continuação de uma gestação para a qual não se sentem preparadas material ou psicologicamente. O acordo que a ministra fez com o futuro presidente do Supremo, Luiz Roberto Barroso, foi de pautar a votação no plenário, registrar seu voto e se aposentar. O processo voltará para a gaveta de onde não sairá tão cedo porque os

demais ministros não querem meter a mão neste abelheiro e porque Rosa, única mãe no Supremo Tribunal Federal, provavelmente será substituída por um homem que não tem o senso de urgência deste tema que na teoria é tão diferente da prática. Todos os anos, segundo a Organização Mundial da Saúde – olhem este dado, para quem quer escutar, porque tem vereadores que não querem escutar, tem vereadores que querem proferir, difundir o ódio, difundir a ignorância, difundir a má-fé, mas para aqueles que querem escutar –, cerca de 1 milhão de mulheres praticam abortos clandestinos no Brasil, destas, 200 mil recorrem ao SUS para tratar as sequelas de procedimentos malfeitos, parte delas morre por infecção, hemorragia e outras intercorrências. Só esses números já justificam a necessidade de um debate maduro sobre o tema. “Fomos silenciadas não tivemos como participar ativamente da deliberação sobre a questão que nos é particular, que diz respeito ao fato comum da vida reprodutiva da mulher, mais que isso, que fala sobre o aspecto nuclear da conformação da sua autodeterminação, que é o projeto da maternidade e sua conciliação com todas as outras dimensões do projeto de vida digna”, escreveu a ministra em um dos seus trechos. Eu quero concluir dizendo que esse requerimento da Ver.^a Barth, que é a mesma vereadora que propaga a ideologia de que as vacinas não são importantes, a mesma vereadora que ajudou...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Para concluir, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...a incentivar uma campanha contra o jornalista Pedro Nakamura, esta vereadora reacionária, bolsonarista, que foi uma das que propagou a ideia de que 8 de janeiro era um dia importante, esse é o requerimento desta vereadora. E a política, as políticas defendidas por uma vereadora com esse caráter devem, sim, ser derrotadas, porque é um tipo de política que propaga o ódio, a ignorância, e nós estamos contra isso. Por isso que o voto é um voto de quem entende a importância do...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vereador, já passou um minuto, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Os reacionários querem calar, mas o meu tempo está correndo, Ver. Cassiá, o meu tempo está correndo, e não vai ser um bolsonarista como o senhor que vai me calar.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Quando sou eu que quero falar, não pode passar do tempo, mas quando é um esquerdista pode passar no tempo sempre, né?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. Só um minutinho.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Eu peço que seja retirada das notas taquigráficas qualquer notificação que este vereador, que me citou nominalmente, tenha feito em relação a mim, por eu ter qualquer implicação nos atos dia 8 de janeiro, porque isso é uma mentira, é uma calúnia, é difamação e tem que sair das notas taquigráficas desta Casa. E eu vou, infelizmente, ter que encaminhar um requerimento, coisa que eu pensei não ser necessária nesta Casa.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito! Lembrando sempre que os pronunciamentos são responsabilidade dos vereadores. Ver. Tiago Albrecht.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, uma questão de ordem, o art. 287 do Código Penal diz: “Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena – detenção de três a seis meses, ou multa.” Nós temos uma pessoa nesta Casa com uma camiseta escrita “LUTE” como uma abortista. O aborto é crime, e usar uma camisa desta, no meu entendimento, é fazer apologia a um crime de aborto. Então eu gostaria de deixar manifestado aqui, já que, em outros momentos, tentaram inclusive barrar outras pessoas, que o 287 do Código Penal veda esse tipo de apologia ao crime. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Tiago Albrecht, pela sua manifestação, nós vamos estar encaminhando aos órgãos de competência da Câmara. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar o requerimento de sua autoria.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Caros colegas, é lastimável que a gente tenha que subir à tribuna para defender a vida, porque tem criminosos, que se locupletam e querem criar, sim, uma indústria da morte, não têm vergonha de sujar as mãos de sangue, vêm aqui mentir contra colegas. Não me causa nenhum espanto esses vereadores que vêm aqui em cima defender o assassinato de bebês, é da índole deles, nenhuma novidade. Eles são os verdadeiros genocidas, porque quem mais morre quando o aborto é legalizado são os pobres e os negros, são as crianças que são mais abortadas. Vocês que querem legalizar vão criar uma indústria da morte, sim, mas é esse o objetivo, não tenho dúvidas, a morte de milhões de inocentes. Não quer ser mãe? Previna-se, tome um anticoncepcional, faça uma laqueadura, use camisinha. Querer aborto como método contraceptivo é nojento, é criminoso, é imoral, isso para não dizer palavrão aqui no microfone. Então meus amigos, a maioria da população brasileira é contra, e eu vejo tanta ignorância vir aqui chamar de reacionário e de ignorante quem quer defender a vida. A gente está acostumado a ouvir muita bobagem e mentira das alas mais sórdidas da esquerda. É o corpo de um bebê inocente que não pode se proteger, isso não é empoderamento feminino, isso é destruição da família, da mãe, da mulher, da criança, é uma tremenda irresponsabilidade. Eu digo mais aqui, é ridículo ver vereadores que

diariamente se esganiçam nos microfones para falar da sua maior obsessão, que é o Bolsonaro e a direita, virem aqui dizer o que um vereador desta Casa pode ou não pode defender. Incrível como eles se irritam, como ficam cheios de ódio contra os seus colegas por defenderem o direito à vida de quem ainda não nasceu, direito do pobre ser vulnerável que está no ventre materno. Vêm aqui militantes abortistas na Câmara de Vereadores, usando camisetas pró-aborto, tentar convencer os vereadores, e aí eu entendo por que, tratando desse assunto hoje, tentaram fazer com que eu não pudesse votar, porque a militância pró-morte é forte, é muito bem financiada. E aqueles ingênuos que se prestam a servir a essa asquerosa causa não se dão conta de que estarão, sim, defendendo o aborto em escala mundial, cada vez maior, de pobres e de negros, que são as crianças mais abortadas nos países onde a prática é legalizada. Eu peço aos colegas a sensibilidade de aprovarem a inversão dessa pauta, de votarmos logo essa moção e de encaminharmos ao Congresso Nacional, que teve, sim, a sua prerrogativa usurpada por um Supremo Tribunal Federal que só nos envergonha! Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Realmente, povo de Porto Alegre, há vereadores que veem o alagamento como corriqueiro. A cidade embaixo d'água e eles discutindo aqui um requerimento sobre um debate no Supremo Tribunal Federal. É assim que eles viram as costas, nesta Casa, para o povo do Lami, do Belém Novo, Ver. Gilson, que está embaixo d'água; a Vila dos Sargentos, as Ilhas que estão há três dias embaixo d'água – esse não é o debate da Câmara. A Câmara quer debater o corpo das mulheres...

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vereador, não pode fugir do assunto.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O senhor está fugindo da pauta, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu estou na pauta, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O senhor está fugindo da pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eles aqui são tumultuadores, vamos caracterizá-los devidamente com o adjetivo: tumultuadores, que viram as costas para o povo que sofre com alagamento. O Mauro Pinheiro é conhecido como “pula muro”; uma vez, nós estávamos aqui numa votação e ele pulou o muro da Câmara, está aqui fazendo tumulto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Isso não é da pauta, vereador. O senhor está fugindo totalmente da pauta, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): É porque ele está fazendo tumulto aqui na frente, por favor, as câmeras filmem o tumultuador que não me deixa falar, quer calar este microfone. O senhor não vai calar o PT, o senhor não vai calar as mulheres, somente às mulheres cabe a decisão sobre seus corpos, se elas vão gestar ou não uma vida. Nenhum homem, como o Mauro Pinheiro, tem direito de decidir sobre o corpo das mulheres. Olha como ele faz aqui, faz gestos, grita, ele quer decidir por mais de 100 milhões de mulheres brasileiras. Eu quero dar um dado, de por que nós não podemos votar isso hoje: são 800 mil mulheres que acabam fazendo abortos no Brasil em clínicas clandestinas. E 200 mil delas, Ver. Cecchim, acabam tendo sequelas por fazerem em lugares ilegais e acabam indo para o SUS, e é o SUS que vai salvar suas vidas. É um tema sério, nós não somos especialistas em saúde da mulher, nós não somos aqueles que vão decidir pelos corpos das mulheres brasileiras. Respeitem o direito das mulheres! Respeitem quem luta, há muito tempo, para que as mulheres sejam respeitadas! Deveria aqui estar discutindo – com essa força, com essa potência, Ver.^a Fernanda – como resolver os alagamentos da cidade, e a senhora não o fez. Teria como fazê-lo, porque tem cinco minutos de líder partidário, e nesta semana eu não vi a senhora defender as crianças das Ilhas, que estão sem escola, que estão sem o direito à educação. Eu, sinceramente, quero aqui, neste meu pronunciamento, me indignar. Porque um requerimento para esta Casa votar uma moção, enquanto os alagamentos tomam conta, Presidente, isso é inadmissível! Isso envergonha o Parlamento, ajoelha o Parlamento perante a ideologia pura, o debate extremista daqueles que já foram derrotados em outubro passado! E eles requeimam as suas pautas, as suas farsas, as ilusões. Logo mais, eu quero ver esses vereadores, se eles estarão com essa energia chorando os desabrigados do conjunto de ilhas do Guaíba, os desabrigados da Vila dos Sargentos, do Lami. Não! As crianças desses lugares não importam; importa que eles acham que vão mandar no corpo das mulheres. Não mandarão; nem hoje, nem amanhã, nem nunca! Porque as mulheres brasileiras vão ter cada vez mais liberdade, cada vez mais direitos. E vocês, da extremista direita, terão que engolir! Vocês engolirão, porque vocês vão ter que aceitar os direitos das mulheres. Respeito à vida das mulheres, respeito aos corpos das mulheres, e “não”, “não” e “não” a esse tipo de votação de hoje.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Primeiro, Presidente, eu gostaria que os vereadores que usassem a tribuna o fizessem para debater o requerimento, que é a alteração da ordem de votação. Em segundo lugar, quero responder ao Ver. Jonas Reis

que nós, o PL, não vamos usar o tempo de liderança porque nós estamos em processo de votação, então não é permitido pelo Regimento usar o tempo de liderança para respondê-lo. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu solicito que a senhora que foi citada pelo Ver. Tiago, com a camiseta, que se retire do plenário; caso contrário, a segurança a estará retirando.

O Ver. Roberto Robaina – posso citar, vereador? (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina fez um apelo – quero parabenizá-lo, inclusive –, só que foi citado o número errado do PIX do padre Rudimar. O CPF é 604.680.090-00. Então, está aqui o apelo Ver. Roberto Robaina feito na tribuna. Muito obrigado.

Quero dar a informação de que o rio já passou 17 centímetros da cota de inundação, está inundando a Av. Mauá e a Av. Borges de Medeiros também.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, solicitando a inclusão do PLL nº 400/23 na priorização de votação de hoje. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição, solicitando alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos à votação do Requerimento nº 193/23.

(Aparte antirregimental do Ver. Claudio Janta.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Apenas para fazer o registro de que a ordem de priorização é estabelecida no colégio de líderes, porém, alguns vereadores solicitam, e o requerimento precisa ser votado. O vereador tem o direito, e o plenário tem o direito de aceitar ou rejeitar. O ideal seria seguir a ordem.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Veja bem, nós fizemos uma troca, o Ver. Jessé Sangalli retirou o seu projeto e a Ver.^a Fernanda Barth incluiu o projeto dela, isso é normal aqui na Casa, o vereador quer tirar o tal, quer botar o tal. Agora, trazer um projeto que está em 19º na Ordem do Dia, 19º na Ordem do Dia, para ser o terceiro, mais uma moção... Eu não vou, com a cidade alagada, com a eleição de conselheiro tutelar neste fim de semana, com a minha filha sem ir a aula faz três dias por causa da chuva, eu não vou ficar a tarde inteira aqui votando moção, com um monte de coisa para votar na cidade de Porto Alegre, não vou, eu me nego. Tem um projeto, eu faço um apelo aos membros da CCJ, do Ver. João Bosco Vaz, que limita esse número de moções; pelo amor de Deus, Presidente, libere esse projeto para nós votarmos e esse projeto ser encaminhado

finalmente. Nós não aguentamos mais moção para tudo, moção para tudo nesta Casa, então limita o número de moções, geralmente os vereadores terão... Eu não sei se eu posso lhe dar um aparte, estou só encaminhando. Então...

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO) (Requerimento): Sr. Presidente solicito a retirada do meu requerimento. Eu vou retirar e deixar na ordem normal.

Vereador Claudio Janta (SD): Muito obrigado, vereador. Obrigado, agradeço a sua gentileza e compreensão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, para adiar a discussão do PLCL nº 015/21 por duas sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 400/23 da ordem de priorização de votação, porque, se for para os vereadores ficarem atirando na cara da gente depois... Então, eu prefiro que não me atirem na cara, para não ficar devendo favor para ninguém.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O seu já está na priorização, vereador, o senhor quer retirar?

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Pode retirar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo para que seja retirado da priorização o PLL nº 400/23 e que seja priorizado na sessão ordinária do dia 2 de outubro. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(Manifestações no plenário.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, precisamos colocar em votação *ad referendum* a destinação do Período de Comunicações na segunda-feira passada, dia 25, para homenagear a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, evento já realizado, mas que não foi votado.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 187/23 – (Proc. nº 1003/23 – Ver. Alvoni Medina) – Requer seja o período de Comunicações do dia 25 de setembro destinado a homenagear a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), pelo transcurso dos primeiros seis meses da Central de Intérpretes em Porto Alegre. (SEI 020.00119/2023-67)

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação, *ad referendum*, o [Requerimento nº 187/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

P PROC. Nº 0943/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 026/23, que altera o *caput* do inc. I do § 4º do art. 3º e os incs. I a VIII do *caput* do art. 7º; e inclui as als. *a, b, c* no inc. I do § 4º do art. 3º e o § 4º no art. 7º da Lei nº 11.245, de 4 de abril de 2012, que cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), devida aos servidores em efetivo exercício no Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE). (SEI 118.00555/2023-20)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLE nº 026/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Professor Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Presidente, pretendo ser bem breve na minha manifestação. Não me ficou claro nesse projeto – vou defender a sua aprovação –, não sei se o diretor do DMAE fará jus a essa gratificação, porque no Diário Oficial do dia 25 de setembro foi autorizada e publicada a viagem do diretor Maurício Loss a um seminário em Recife, capital de Pernambuco. Se ele viajou, com a eminente crise que a nossa cidade está passando, isso é de uma extrema

irresponsabilidade; primeiro, do diretor-geral, que seria o comandante do órgão que está à frente no combate, no enfrentamento a esse grave problema que a nossa cidade tem passado, eu não sei se ele fará jus a essa gratificação. Eu espero que não, eu espero que ele não tenha viajado, porque é inaceitável que o diretor do órgão responsável pelas águas pluviais... Na reforma administrativa do prefeito anterior, Nelson Marchezan Júnior, o Departamento de Esgotos Pluviais, DEP, foi absorvido pelo DMAE, então é a responsabilidade do DMAE e do diretor Maurício Loss, o enfrentamento a essa crise. Eu acredito que os servidores estão totalmente empenhados em enfrentar esse problema, mas se o diretor-geral está passeando em Pernambuco, e, há muitos dias, nós temos o alerta pelos institutos climatológicos de que haveria chuvas intensas, haveria vento sul, e haveria chance de alagamento da nossa cidade, é inaceitável que ele esteja, neste momento, passeando. Deixo aqui o registro, faço a defesa do aumento de gratificação, esses servidores se empenham, eles dão o sangue pela nossa cidade e merecem ser valorizados, assim como o Departamento Municipal de Águas e Esgoto. É necessário que uma pessoa responsável e engajada no trabalho esteja à frente de um órgão tão importante, não alguém que se ausenta no pior momento, no momento mais grave, a maior enchente dos últimos 80 anos da nossa cidade. Agradeço o espaço de fala para deixar esse alerta e compartilhar com vocês também parte da minha indignação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 026/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, população de Porto Alegre, eu começo o encaminhamento da votação desse item com um protesto, o protesto da nossa última reunião conjunta. Não pela reunião, pois é uma prática desta Casa, mas pela forma como se desenrolou a reunião conjunta, que foi muito mais uma reunião protocolar para inglês ver do que efetivamente uma reunião deliberativa, pois as comissões e as reuniões conjuntas desta Casa deveriam ser deliberativas, Ver. Marcelo. Lá na reunião conjunta não se pôde votar nada em separado, se fez um blocão, Ver. Cecchim. A gente poderia, inclusive, ter feito a votação pelo SEI, afinal de contas, não houve nenhum tipo de deliberação, muito pouca democracia naquela reunião, e projetos inconstitucionais vieram para esse plenário, ou virão para esse plenário, esta Casa que ainda padece um pouco do dia do patriota e de toda repercussão negativa que a colenda Câmara de Vereadores recebeu em nível nacional. Bom, isso posto, a minha reclamação, a reclamação do partido NOVO pela forma como a reunião conjunta das comissões foi tocada, eu encaminho voto negativo a esse projeto que vem do Executivo, porque trata-se de aumento de gratificação concedida aos servidores do DMAE num momento em que inclusive a cidade discute a privatização, a parcerização do Departamento Municipal de Água e de Esgotos. A variável dessa gratificação vai engordar, de 68%, passando, caso aprovado, para 88% nos cálculos. Como se não bastasse, o servidor CC ou com FG terá acréscimo na GDAE, que anteriormente eram escalonados e calculados sobre o

vencimento inicial. Essa proposta visa dobrar esses percentuais sem nenhuma justificativa plausível para o pagador de impostos. Aliás, sobre a justificativa que veio no projeto, existe até mesmo uma confissão de aumento, somente referindo se tratar de um mecanismo fundamental para a qualidade da gestão do DMAE, o que efetivamente não se comprova na prática, ou seja, não é aumentando o salário que vai se melhorar a qualidade do serviço do departamento municipal. Além disso, o projeto é inconstitucional porque não cumpriu requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o projeto não trouxe o impacto trienal no que tange ao Orçamento deste Município. Portanto, por esses motivos elencados, por não haver motivo, justificativa plausível para aumento de salário num departamento que provavelmente vai ou ser privatizado ou concedido, o NOVO encaminha voto “não”, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 026/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate, a gente tem visto, principalmente com as chuvaradas e os alagamentos, a importância do DMAE, a importância dos servidores públicos, das pessoas que estão lá se dedicando. Eu tenho presenciado periodicamente os trabalhadores do DMAE sobrecarregados; há muito trabalho para poucas pessoas. Tem mais de 2 mil cargos vagos que precisam ser preenchidos, e a GDAE, essa gratificação, é fundamental; ela é de incentivo à produção, incentivo à construção de um departamento pelas mãos de todos, de todas. Então, esse projeto, com certeza, vai contar com o nosso apoio, uma vez que a gente entende que o servidor público precisa ter o respeito declarado pelos políticos, pelo poder público, a partir da valorização; valorização, inclusive, pecuniária. Sobre os ajustes que estão para ser feitos, eu realmente acho incrível que as pessoas sejam contra as outras trabalhadoras e trabalhadores serem remunerados adequadamente. Eu não vejo, às vezes, nervosismo para os altos salários do judiciário. Eu não vejo, não vejo! Agora, quando a gente fala de trabalhadores do esgoto, do saneamento, tem gente que se revolta, vai contra. Isso é incrível. Não, não é possível aceitar. Então, pela valorização dos servidores públicos do DMAE, pela valorização de quem garante água pública de qualidade nesta cidade, pela valorização daqueles que fazem essa luta tão importante para que o DMAE permaneça, que seja esse espaço público que leva o saneamento para toda a população, nós temos que votar “sim”. É fundamental. Eu queria dizer aqui de coração aberto: obrigado aos trabalhadores do DMAE que, nos últimos dois dias, fecharam as comportas da cidade, que, inclusive, estavam abandonadas há cinco anos. Em alguns lugares que teve que ter solda, e eles estavam lá com equipamento, soldando, recauchutando. Teve lugar que concretaram, colocaram asfalto em cima do trilho – sim, fizeram isso! Colocaram o asfalto em cima do trilho. Mas o DMAE foi lá, os trabalhadores estavam lá fazendo um trabalho importante. Então, graças a eles hoje... Para quem não conhece o sistema de proteção da cidade, começa com os diques, Ver. Cecchim; os diques lá na ponte vêm vindo, depois chega o muro da Mauá. Aqui, para quem não conhece também,

essa parte do Harmonia tem diques, porque ela é mais elevada, para aqueles que são leigos. Já ali, a orla do Guaíba, aquele trecho do Marinho, não tem elevação. Então, é por isso que a água entrou, mas não passa, não chega na avenida, não passa para os bairros. Então, graças ao departamento público, aos servidores de carreira que detêm o conhecimento, porque eu estou tendo uma dificuldade enorme, Ver. Cecchim, com a Equatorial. Nós estamos há dois dias, lá na Restinga, tem um poste, que os moradores mesmo interditaram a rua, empresa privatizada, eles não vão lá trocar o poste, está pendurado o poste, as pessoas não conseguem circular. Então é simplesmente triste ver que falam mal do departamento público, mas tinha gente que estava lá sucateando, que inclusive está respondendo na justiça, um deles se chama Nelson Marchezan Júnior, sim, o anterior, que desmontou muita coisa. Mas, parabéns ao DMAE, contem com o nosso voto, o PT vai apoiar esses ajustes na gratificação que valoriza o servidor público, valoriza inclusive todos que estão trabalhando lá, e isso é fundamental.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 026/23, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidente Sossmeier, dando um abraço ao senhor, cumprimento todos os colegas vereadores e vereadoras; quero agradecer ao líder Robaina pelo tempo aqui da oposição, e dizer que a oposição votará favoravelmente, pois nós temos muito claro que o serviço público, seja ele estadual, municipal ou federal, tem que ser sempre bem valorizado, tem que ser sempre bem qualificado, tem que estar sempre à disposição do público. O DMAE, neste momento, tem demonstrado o seu empenho, principalmente quando Porto Alegre vem sofrendo esta catástrofe ambiental, e o alagamento de todas as suas comunidades que estão às margens periféricas, as ilhas da foz do Gravataí, neste momento até o Lami e Itapuã. Isso demonstra que o DMAE é uma autarquia de grande valia e de grande valor histórico, cultural, ambiental e tecnológico de Porto Alegre, porque ali nós temos os melhores técnicos qualificados em saneamento ambiental do Brasil. Esses técnicos do DMAE são convidados para qualquer canto do mundo, convidados por Genebra, por Londres, por Berlim, para irem lá falar do bom exemplo que é a empresa pública de saneamento ambiental chamada DMAE, de Porto Alegre. Por isso nós lutamos contra a privatização, contra a concessão do DMAE, porque essa joia tem que continuar pública, é um patrimônio da cidade de Porto Alegre que não pode ser dado ou doado – como foi a Corsan e como foi a CEEE. O Ver. Jonas há pouco aqui se referiu que ninguém consegue atendimento adequado na Equatorial, que ganhou a CEEE do patrimônio público do Estado; ela ganhou e certamente muitos ganharam com essa negociata que foi feita. Portanto dar gratificações e valorização do funcionalismo público do Departamento Municipal de Água e Esgoto é uma realidade, é uma necessidade. Essa é a diferença que temos com alguns partidos, que se dizem “novo” mas de “novo” não têm nada, que não valorizam o funcionalismo e que acham que o funcionário público é culpado de tudo. O

funcionário público tem que manter um estado forte, um estado que atenda à sua população, principalmente para tratar da tecnologia, e aqui nós temos tratando do bem mais essencial na vida que se chama água. Toda a população merece ter água tratada, assim como a vida animal merece ter água, assim como a vida vegetal merece ter água. Nós também temos que nos proteger quando as águas vêm em grande quantidade, como neste momento; nesta noite e na noite retrasada os funcionários do DMAE viraram a noite fechando as comportas para proteger a população.

Portanto, em nome desses funcionários e de todos que se estão aí para receber a gratificação, em nome da oposição quero dizer: funcionário público tem que ser bem tratado, inclusive financeiramente. Tem o nosso apoio, o projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIR (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 026/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos vivendo realmente um momento diferente. Apesar da grande enchente, com as grandes soluções, com as prevenções adotadas aqui nesta cidade, nós estamos hoje com um projeto – parece coincidência – para reconhecer o grande trabalho do DMAE, de todos aqueles que trabalham no DMAE. Mas hoje nós estamos aqui para valorizar aqueles que ficarem, aqueles que estão no DMAE, no dia de hoje; aqueles que estão fazendo um trabalho hercúleo até altas horas da noite, desde o presidente, que esteve nas comportas anteontem à noite, até às 22h30min, foi trabalhar em Pernambuco, voltou hoje, até o mais simples operário. Falo aqui também, Ver. Jonas, dos servidores de carreira e dos terceirizados. V. Exa., mesmo testemunhou ontem ou anteontem, quando foi fazer um filme, um vídeo e ficou ilhado, e lá foi uma equipe terceirizada do DMAE e o socorreu. As pessoas que trabalham para o bem público, não olham se o Jonas é da situação ou se o Jonas é da oposição, olharam a pessoa humana do Jonas que estava trabalhando, como vereador. Então, hoje, aqui, eu vejo todas as bancadas de situação e de oposição votando a favor de quem trabalha – de quem trabalha! Eu queria aqui cumprimentar o prefeito Melo por ter essa sensibilidade de valorizar os funcionários, a sensibilidade de valorizar aqueles que estão trabalhando no DMAE, e a grande maioria desses funcionários quer a parcerização do DMAE, porque os funcionários do DMAE entendem que, com um aporte financeiro e tecnológico, nós podemos fazer muito mais. Eu queria cumprimentar aqui também o governo federal que colocou – Ver. Jonas, o senhor pode transmitir para o Presidente Lula que nós ficamos muito felizes – no PAC a parcerização do DMAE como um investimento privado, para que se faça essa autarquia mais forte, para que se faça essa autarquia mais pujante, mais tecnológica para resolver o problema, principalmente, do esgoto, para que se amplie a cobertura das unidades habitacionais com mais saneamento. Nós precisamos de saneamento, e esse dinheiro arrecadado será investido para resolver o problema pluvial; nós estamos vendo que é necessário, nós estamos vendo que o bairro Sarandi e os bairros da Zona Sul precisam ter um atendimento especial, seja através de diques, seja

através de muros, nós precisamos cuidar dessas pessoas que mais precisam. O Centro está protegido, mas nós precisamos proteger o Sarandi, do arroio Feijó, da Areia, enfim, a Zona Sul, precisamos proteger principalmente as pessoas que mais precisam e que dependem de um lugar para habitar nesses dias de tempestades. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Secretaria de Desenvolvimento Social informa que eleição dos conselheiros para o Conselho Tutelar será parcial no próximo domingo, com a data da Microrregião 1, que são as Ilhas, Humaitá e Navegantes, ainda a definir.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 026/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, eu quero informar aqui ao Ver. Tiago de que existe, sim, a repercussão financeira. Se V. Exa. olhar melhor o projeto, vai ver que lá está. Ou seus funcionários dão uma olhadinha na informação que tem aqui, eu não vou dizer, senão vou começar a dar informações que a gente tem que saber, mas está lá.

Comassetto e Jonas, quem sabe – ele e o Comassetto, mas o Jonas é mais novo –, na época do PT não vocês conheceram dois vereadores que eram presidentes do DMAE. Olha, o que asfaltavam esta cidade; água, eles não colocavam, mas o que asfaltavam esta cidade na tal de conservação permanente. Foi lá que eu comecei a entender o que era conservação permanente. Esses bicos estavam todos asfaltados com o dinheiro do DMAE. Então, o DMAE é o nosso primo rico, sempre foi. Sempre foi o primo rico, sustentava muito as administrações, desde o PT para cá, sustentava com dinheiro emprestado. Nós aqui cansamos de votar dinheiro que o DMAE passava para a Prefeitura, para o caixa único, Conceição, é como se chama. Então, na realidade, neste momento, que se valorizem os funcionários é muito importante. Eu já fui secretário de obras, tinha muita relação com o DMAE. Nós fazíamos, às vezes, obras juntos, e como é bom valorizar o funcionário nesse sentido. O que nós estamos encontrando na cidade? O terceirizado não tem *know-how*, e quem tem que fiscalizar e tem *know-how* é o funcionário do DMAE, Jonas, eu concordo contigo, é ele que tem que dar a sustentação. O que tem de buraco malfeito na cidade, através do DMAE, é porque as terceirizadas não tem *know-how*, e os funcionários de carreira têm que ser incentivados a fiscalizar. Mas aí é gestão, Conceição, gestão! Quem tem que fiscalizar depois que uma terceirizada tapa um buraco feito pelo DMAE? São os fiscais do DMAE. Eles são funcionários para isso. Eu espero que tenha gestão, porque o que fazem de buraco na rua... Resolvem o problema do cano, mas estragam o asfalto. Péssima qualidade! Péssima qualidade, e não é de hoje. Então, naturalmente, este momento que vem a fortalecer os funcionários, eu espero que a gestão, o presidente do DMAE tenha condição, tenha poder de dizer: “Vocês estão aqui para cuidar da cidade”. Essa gratificação é para isso, dentre outras coisas. O DMAE é poderoso, estão fazendo ele pequeno demais. Nós, cidadãos – você que está me ouvindo em casa –, pagamos, na boca do caixa, o valor da água. Se não pagar, cortam a água. A

maioria da população paga em dia e quer ver esse dinheiro transformado em gestão, em qualidade na cidade. Quando o prefeito Melo dá essa gratificação para os funcionários é para que eles possam estar, no dia a dia, fiscalizando essas obras, pequenas obras, mas que são muito importantes para o cidadão de Porto Alegre. Então, nós vamos votar a favor, tem que reconhecer o funcionário, o funcionalismo, mas tem que ter comando, o DMAE tem que ter comando! Há muito tempo não vejo comando no DMAE, secretário com altivez, presidente com altivez, que comande, que vá para a rua. O que eu vejo de cavalete na rua, há muito tempo, do DMAE, é impressionante! O que nós precisamos é que sejam resolvidas essas obras, esses buracos de vazamento, de esgoto, de água, já que o DEP hoje está junto com o DMAE – antigamente era separado. Então, eu vou votar a favor porque eu quero ver melhoras na qualidade da cidade, com funcionários trabalhando com altivez, com vontade, com muita galhardia para o cidadão de Porto Alegre. O DMAE tem que trabalhar cada vez mais para o cidadão de Porto Alegre! Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLE nº 026/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Tiago Albrecht, Mari Pimentel e Ramiro Rosário.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 164/23 – (Proc. nº 0902/23 – Ver^a Fernanda Barth) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “ao Congresso Nacional, em face da iminente legalização do aborto por meio da ADPF 422, pelo STF, a fim de garantir as prerrogativas constitucionais e republicanas das competências do Poder Legislativo”. (SEI 212.00077/2023-34)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 164/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Caros colegas, todos que nos assistem através da TVCâmara, pelo YouTube, aqueles que vão ver este vídeo lembrarão deste dia, que vai ficar para história de Porto Alegre. A defesa intolerante e absoluta que os militantes pró-morte vêm aqui fazer, espumando de prazer ao discursar sobre o assassinato de bebês no ventre materno, é algo que supera o asco mais profundo, é nojento demais. É a terceira vez que eu subo a esta tribuna para falar sobre essa questão e eu não vou me estender nos cinco minutos, porque muito já foi dito. Eu quero aqui deixar o apelo aos nobres colegas para que defendam aqueles que não têm voz, que são os seres mais vulneráveis de todos, porque é injustificável que a gente queira descriminalizar o aborto

até o terceiro mês, além dos casos que já existem regulamentados pela legislação. Isso seria tornar o aborto um instrumento vulgar de contracepção. A gente precisa investir em mais educação. A gente precisa investir em mais políticas públicas. A gente precisa garantir que cada menina, moça, mulher deste País tenha amplo acesso a medidas contraceptivas que não matem o feto, como anticoncepcional, camisinha, laqueadura. Eu sou favorável, inclusive, vou ter oposição em vários, vários locais ligados à igreja católica, à igreja evangélica, mas vou dizer assim: posição minha, de Ver.^a Fernanda Bart, eu sou favorável que as mulheres que queiram fazer laqueadura tenham o direito de fazer a partir de serem maiores de idade. Eu acho que não tem que esperar quatro, cinco, seis anos, às vezes. É uma medida que interfere só no corpo da mulher, não é uma medida que vai causar a morte de um inocente. Então, gente, esse debate é necessário? É. A gente não pode permitir a normalização da usurpação das prerrogativas do Congresso Nacional por parte do STF, está virando rotina: é marco temporal, é aborto, é droga. Onde eles não conseguem aprovar no Congresso, eles apelam para o STF. Aprovam, às vezes, com um voto só, com dois. Então, temos que restaurar a normalidade jurídica e legislativa neste País. Cada um no seu quadrado! Cada um seguindo as suas prerrogativas, com uma distinção e uma separação séria e verdadeira entre os Poderes! Isso traz segurança jurídica para o nosso País; isso, sim, é normalidade democrática! Qualquer coisa diferente disso é anarquia esquerdista, é antidemocrático, é autoritário e é usurpar a maioria do povo brasileiro que votou nos seus representantes lá no Congresso, e eles são contra todas essas questões que eu coloquei aqui. Então, precisamos restaurar a normalidade democrática deste País e isso implica restaurar a posição e a função de cada Poder. Peço que aprovem esta moção, porque ela é uma moção com duas funções: primeiro, mostrar o nosso repúdio em relação à ADPF 442 e à forma como foi encaminhada a votação, à meia-noite; e a segunda é que o Supremo Tribunal Federal respeite as prerrogativas do Congresso Nacional. Isso precisa ser levado muito a sério. Muito obrigada e conto com o voto de cada um de vocês.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu sou contra assassinato de bebês e, por isso, vou votar a favor da moção da vereadora que repudia o assassinato de bebês. Há poucas leis no Brasil que parecem que estão corretas; e a lei de hoje sobre esse tema no Brasil, na minha opinião, é a mais adequada possível, não do ponto de vista ético, não do ponto de vista moral, mas do ponto de vista do que é possível se fazer com as tecnologias que temos e com a realidade que vivemos. Eu acho errado condenar uma mãe, uma mulher que foi violentada a ser obrigada a continuar com a gestação. Acho errado. E a lei do Brasil prevê a possibilidade de essa mulher recorrer ao Judiciário e poder interromper a gestação, nessa ocasião excepcional, em que ela está sofrendo por uma violência anterior. E também há outras questões do ponto de vista de saúde da mulher e também problemas de saúde graves da criança. Então, se tem uma lei no Brasil hoje que

deveria permanecer como está é a lei que nós temos hoje sobre esse tema. Não vejo nem a necessidade de discutir isso, e entendo que, se fosse discutir, seria feito de maneira a seguir o rito da escuta da sociedade a partir do Parlamento. Infelizmente, não é como está acontecendo.

E eu quero fazer uma observação urgente aqui para vocês e falar sobre o nível do Guaíba. Acabei de ver aqui no *site* da Prefeitura, no Instagram da Prefeitura que já é a maior cheia que atingiu a cidade desde a enchente em 1941. Todas as outras enchentes que a cidade passou não foram tão graves à exceção da de 1941. Para chegar no nível da de 1941, ainda falta cerca de 1,90 metro, então foi muito maior o impacto que nós passamos naquela época. Mas fica aqui uma observação que eu queria fazer que é elogiar a Prefeitura. Vocês observaram que, na semana passada, quando se falava em fechar as comportas do Cais do Porto, na Av. Mauá, tiraram o Prefeito para louco, que não chegaria, que era alarmismo, que estava tentando utilizar essa cortina de fumaça para ocultar não sei o quê. Cara, vocês perceberam que os alertas climáticos do DMAE, da Defesa Civil que levaram à decisão do Prefeito, que culminou com a ativação de um processo de defesa da cidade, que hoje está defendendo a cidade? E aqui fica agora a pergunta: cadê os defensores da derrubada do Muro da Mauá? Cadê as pessoas que disseram: “Não, isso aqui segrega o povo. Isso aqui é um símbolo da opressão”, que não sei o quê. Cadê vocês? Agora falem: “Não tem que ter muro! Tem que derrubar o muro!”. Cadê vocês agora? Óbvio que nós não queremos que continue avançando, e é óbvio que um pouco da água vai passar porque o muro não vai impedir toda transposição da água. Trata-se de uma questão de velocidade, é feita uma barreira para impedir que a água venha, ela vai infiltrar por alguns locais – é óbvio –, mas a Prefeitura tem à sua disposição bombas para o bombeamento da água para fora. E se essa velocidade de retirada de água for compatível ou maior com a velocidade com que a água infiltra, nós permaneceremos com o nosso Centro seco, embora possam ter alguns pontos de alagamento. Então, fica aqui a crítica a quem? Aos negacionistas aqui que foram contra as evidências. E parabenização ao Prefeito por ter tomado a atitude correta no momento correto! Podem dizer: “Ah, foi só ali e tal, chegou no limite, quase não subiu”. Sim, mas, se fossem 30 centímetros a mais, teria causado muito mais problemas. Obrigado, só fiz como fazem os colegas aqui, por exemplo, do Solidariedade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Oriente os vereadores para que se atenham ao assunto relacionado ao projeto.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente Hamilton, demais vereadores, público que nos assiste; muitas vezes, se criticam as moções, mas, neste caso, eu acho que é importante o debate sobre um assunto que nós temos que prestar atenção. Eu quero fazer o debate da moção da Ver.^a Fernanda, da ADPF 442 do STF, que é o que

nós estamos discutindo, para o público que nos assiste, que é referente ao aborto, que querem modificar, deixar de ser crime o aborto no Brasil.

Em primeiro lugar, eu quero perguntar aos vereadores do PT, do PSOL e do PCdoB sob um outro ângulo: se eles, que defendem, ou dizem que defendem todos os dias a democracia, são favoráveis à votação do STF da ADPF 442, porque, se eles forem favoráveis, eles estão indo contra a democracia no País. Eu quero que eles subam aqui e me digam onde teve um debate para saber o que a população pensa sobre a criminalização do aborto, para saber se a população é favorável ou não? Porque o debate acontece é no Parlamento, e a lei que existe hoje foi discutida, em algum momento, no Congresso Nacional, e agora está sendo modificada pelo STF por 12 pessoas sem a discussão com a população. E eu pergunto: eles são contra ou a favor da democracia? Não estou nem discutindo o aborto, estou discutindo a democracia no Brasil, porque hoje vocês estão com o STF, mas, ali na frente, vocês vão dizer: “Mas o STF está mudando sem discutir com a população.”

Então, ser a favor da moção da Ver.^a Fernanda, em primeiro lugar, é ser a favor da democracia, de discutir para saber o que a população pensa a respeito do aborto. Eu sou contra o aborto, e temos que fazer a discussão para podermos tomar as decisões, essas decisões têm que ser tomada pelo Parlamento e não pelo STF. Em segundo lugar, vereadores do PT, PSOL e PCdoB, eu quero perguntar para vocês – vocês que sempre dizem que defendem os direitos humanos – se concordam com o art. 4º, ítem 1, da Convenção Americana de Direitos Humanos, que diz o seguinte: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.” Então, se vocês são a favor, como vão ser a favor do STF modificar a lei que fala sobre o aborto? Portanto, é muito fácil subir aqui e dizer que é a favor da democracia, e depois, quando acha que vai ser de acordo com o que pensam, o STF pode mudar, os 12 que não foram votados, não foram escolhidos pelo povo decidem o que vai ser da população do Brasil.

Então, sou a favor, sim, da sua moção, vereadora, porque nós não podemos deixar o STF legislar sobre os assuntos que devem ser discutidos democraticamente pela população e pelo povo. E sou contra, sim, o aborto, porque eu acho que o aborto não pode ser uma medida contraceptiva: a pessoa fica grávida, vai lá e retira; fica grávida novamente e retira. Nós temos que, sim, investir em educação para essas pessoas. Gastar o dinheiro público para que as pessoas tomem medidas contraceptivas para não engravidar, e não transformar o aborto em uma medida contraceptiva. Então, portanto, nós não teríamos nem condições de atender essas pessoas, se o aborto fosse liberado. O SUS vai ter condições de fazer os abortos necessários? Quantos abortos teriam? Mais uma vez, então, quero dizer que vou votar favorável à sua moção, vereadora, porque sou contra também, na minha posição, inclusive religiosa, o aborto. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alvonni Medina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, meu nobre Presidente; boa tarde a todos que nos assistem, nobres vereadoras e vereadores, vim aqui também defender mais uma vez o meu pensamento, obedecer também à lei. A

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, [ADPF 442](#), que visa à liberação do aborto no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal, pautada pela ministra do STF, Rosa Weber, prevê a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Essa ação sequer, Presidente Hamilton, deveria ser tratada pelo STF, no caso de debate sobre o tema, isso deveria ser feito pelo Congresso Nacional, pois o Brasil já regula essa matéria na Constituição Federal, sendo também signatária em tratados internacionais. A Constituição Federal de 1988 não trata expressamente sobre o direito à vida do feto; atualmente o aborto é regulado apenas pela legislação penal, que criminaliza o aborto com apenas três execuções: gravidez resultante de estupro, risco à vida da mulher, feto com anencefalia, ou seja, é uma matéria que compete ao Legislativo e não ao Judiciário, além de ser um desrespeito à vida, pois, com 12 semanas de gestação, diversos órgãos já estão formados. Eu respeito aqui a opinião de cada um dos senhores e senhoras, mas eu acho que a vida é muito mais importante do que qualquer outro sentido. E quando se faz um aborto... Hoje, Ver. Mauro Pinheiro, existem meios que as mulheres podem usar para não engravidar. Elas têm que ter consciência, têm que pensar, elas podem escolher se querem ou não ficarem grávidas. Depois que ela engravida, vai querer tirar aquela criança porque ela não quer aquele filho? Eu acho que nós temos que colocar um pouquinho a nossa mão na consciência e entender que, desde o ventre, quando começa a se formar aquela criança, ela já começa a ter vida. E tirar aquela vida, matar aquela vida, arrancar de dentro do útero da mãe, também é uma forma de destruir uma vida que poderia ser de grande importância. Quem garante que não poderia ser um presidente, um médico, um advogado, um juiz, o Presidente da Câmara? Então, a gente não pode aceitar. Eu sou favorável, Fernanda Barth. Pode contar comigo. Pode contar com o meu apoio. Eu tenho somente uma filha – minha filha está com 40 anos – e eu fico imaginando: se acontecesse qualquer coisa com a minha filha, quando a minha esposa estava grávida, se acontecesse algo com ela, como que fica o coração e a mente de um pai e de uma mãe quando perde uma criança? Pode contar comigo. Você tem o meu voto. Um abraço a todos. Que Deus os abençoe.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate e que lamenta realmente que vereadores desvirtuem o Parlamento. Um debate que está no Supremo, e, aqui, nós precisamos de medidas imediatas para combater o alagamento, mas somos obrigados a debater um tema que a extrema direita precisa para ter *likes* nas suas redes sociais. É só disso que se trata. Pode tentar a extrema direita mandar nos corpos das mulheres, porque não vão conseguir. As mulheres chegaram com

voz e poder para dizer que o corpo é seu, e homem nenhum de direita vai mandar nesses corpos. Tentem, tentem e tentem, e não conseguirão. Aí vem gente e diz assim: “Usem anticoncepcional oral, comprimido, tem vários métodos.” Realmente, eu não posso cobrar das pessoas que dizem isso que tenham conhecimentos científicos, não posso cobrar, porque conhecimento e saber tem quem estuda, e tem gente que é fumante que toma anticoncepcional e tem problemas gravíssimos, então não são todas que vão poder tomar anticoncepcionais. Mais do que isso, eu ouvi aqui, nesta tribuna, mulheres defenderem: “Usem anticoncepcional oral” – isso pode, em várias mulheres, dar câncer, AVC, ataca o sistema circular – está escrito aqui, nós pesquisamos –, mais varizes, mais trombose, problema de infarto, celulites, problema no fígado pela sobrecarga que o medicamento, a longo prazo, causa, hipertensão arterial, mexe com libido, câncer de mama, de fígado, colo do útero, endométrio, ovário, tudo isso não importa para a extrema direita. Não importa para a extrema direita a saúde da mulher, importa para a extrema direita a sua pauta pseudorreligiosa, porque eles dizem que são a favor da vida, mas eu não os vi salvando as crianças da comunidade Mário Quintana das balas perdidas e cruzadas do crime organizado. Eu não vejo! Eles não têm vídeo lá, vereadoras e vereadores, não, eles não falam nem na tribuna. Falou em bala perdida, eles deitam o cabelo, eles vão lá na outra ponta; tem uns que até viajam, saem da cidade. É. Mas aí eles dizem que – misteriosamente – são a favor da vida. Mas é importante a gente destacar que os estudos mostram que a maioria das mulheres que acabam fazendo o aborto em lugares clandestinos é porque um homem obriga. E aí também tem os círculos religiosos: vocês sabiam que a religião é importante, ela é fundamental, desde que ela não interfira na vida do outro, desde que essa religião não tire a vida do outro, desde que essa religião não tire o direito do outro a decidir sobre seu corpo, aí a religião é positiva, a fé, a crença. Eu sou um que respeito todas as religiões, acho elas fundamentais, fazem parte da cultura da humanidade, mas aí vem gente por aí que a gente vê nas redes sociais, com tamanha hipocrisia, falando contra o aborto, mas são cheios de amantes. E aí eles são contra o aborto, mas são cheios de amantes. Esses são os dados, esses são os dados reais da mulher brasileira mais pobre. E tem mais do que isso: já teve um dossiê do aborto legal – eu quero lembrar aqui, gente –, que apontou que vários hospitais, para deixar acontecer o aborto, estavam exigindo o BO, Boletim de Ocorrência. Por lei, não pode exigir Boletim de Ocorrência, porque, às vezes, as mulheres são estupradas por parentes e vão acabar tendo que conviver com esse parente que mantém a sua subsistência. Então, eles falam, Ver.^a Abigail, que são a favor da vida, mas nós temos 20 mil crianças fora das escolas de Porto Alegre, que não têm direito à alimentação, não tem direito à cultura e educação. Então, esse discurso de vocês cai por terra quando a gente tem dados, informações, ciência. Eu não vou aceitar, e lutaremos, a esquerda, durante muito tempo, para ver que, cada vez mais, as mulheres terão direitos. Vocês podem tentar, podem se sacudir, mas as mulheres continuarão sendo respeitadas, e vocês terão, com certeza, uma resposta das mulheres porto-alegrenses na próxima eleição. É nisso que eu acredito. É nisso que eu tenho fé.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Mauro Pinheiro, veja a que ponto nós chegamos, de o Ver. Jonas vir aqui, nesta tribuna, falar de amantes. A que ponto nós chegamos! Mas depois eu fiquei pensando, Ver. Pablo, que de amantes o Jonas entende muito, porque antes era a Rosemary; na cadeia, foi a Janja. Então, de amantes o Lula é o professor. É por isso que o Jonas vem aqui e fala de amantes. É por isso que o Jonas vem aqui e fala de amantes! Nós estamos aqui falando de um assunto muito mais sério, Ver. Jonas, não desvie, não desvie! Aqui, nós estamos tratando de vida, e não é porque essa ministra que está saindo do Supremo, que quis deixar marcada a sua passagem, de tão ridícula, tão ridícula como jurista, ela quis marcar a passagem deixando um voto para depois. Eu nunca vi isso – só no nosso Supremo atual –, votar no futuro. Ela fez um voto para o futuro, e vem o Ver. Jonas aqui falar de amantes. Não! Nós temos muita coisa mais séria para falar – muita coisa mais séria para falar. E as mulheres, sim, merecem respeito, e elas têm o respeito escrito na Constituição, o que pode e o que não pode. E nós estamos aqui discutindo uma moção importante para que cada um possa dar a sua opinião e não fique em cima do muro. Eu não me importo com as amantes. Eu me importo com a vida. É pela vida que nós temos que lutar. A vida de todos! daquelas vidas que estão começando, que não têm defesa que não seja da própria mãe ou da própria Constituição. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Meu agô aos mais jovens, meu agô aos mais velhos, saravá a todos, muito axé a quem nos assiste, mojubá a todos os meus irmãos laroîê, Exu; seis anos atrás, eu recebi uma ligação aqui, nesta Casa, ali onde eu sento: “Vereador, venha correndo para o hospital que o senhor vai ter que decidir entre a sua esposa ou a sua filha.” Na hora, eu disse para a doutora que ela era uma idiota, uma imbecil e outras coisas que eu não posso dizer aqui na tribuna, porque depois vão falar do decoro. Larguei na mão dos meus orixás, dos meus caboclos, dos meus pretos velhos, dos meus exus, dos meus ibejis – hoje é dia de Cosme e Damião – o destino da minha filha, que me dá muitas alegrias, e da minha mulher, que é minha parceira e companheira. Pela lei, é permitido três coisas: se uma criança vem de um estupro, de abuso, a mãe, o avô, o pai, a avó pode encaminhar, mas na minha religião não existe forma de compensar, nós falamos muito em vida. Quando é decidido – na minha religião –, quando uma pessoa aqui chega, não foi o pai e não foi a mãe que decidiram; quem decidiu foi lá em cima, foi a própria criança que decidiu, a própria criança, na minha religião, é que escolhe onde quer nascer, a própria criança, no momento da concepção, escolhe seu pai e sua mãe, escolhe o seu destino; e nunca o destino dessa criança é ser literalmente assassinada. Hoje, por questões humanitárias, se permite, diante três casos, fazer o aborto –humanitárias. Eu

e minha mulher, quando tivemos a minha filha, eu tinha um diagnóstico de não poder ter filhos e ela já tinha tirado quatro miomas, ia tirar o útero. A doutora disse para tirarmos depois do carnaval, depois das festas; quando chegamos aqui em Porto Alegre, nós viemos da praia, chegamos aqui com a certeza – eu nem dormia, fazia uns dois dias – de que ela estava tomada pelo câncer, tal era o jeito que ela estava inchada e uma série de outras coisas. Fomos direto fazer o exame; quando chegamos no consultório da doutora, eu estava com olho que era um pila, a doutora estava nervosa, porque sabia do meu diagnóstico e sabia o diagnóstico da minha esposa. Aí ela botou lá que tinha um ponto, e ela disse que era para escolhermos o nome do mioma! O mioma se chama Linda Anis. Eu disse, para minha mulher, uma coisa só, eu não podia ter filho, eu disse: “Se for japonês; com todo respeito aos irmãos de matriz africana, se for negrão, eu não registro; o resto é meu”. E para desgrça dela e da guria, a guria é minha cara, e é meu tesouro, e Deus quis isso, ela ia tirar o útero. Eu tinha um diagnóstico lá que um doutor inventou que eu não podia ter filho, e está aí a minha filha. Então, eu quero dizer que se a pílula faz mal – e faz mal –, mas tem camisinha, a camisinha também faz mal, mas tem vários meios hoje em dia. Os que são da minha idade, lembram um meio bem tradicional, tem vários meios. Agora, eu não posso ir numa festa, beber, sair com uma menina e depois não ter a responsabilidade, porque eu sou pai do que aconteceu depois daquela festa. Está certo, o corpo é da mulher, mas o homem também participou; por que que nós não invertamos? Chamamos a responsabilidade dos homens que, muitas vezes, dão um “boa noite, cinderela” para uma menina, que muitas vezes libera a bebida à vontade para uma menina, por que não chamamos o homem a essa responsabilidade? As mulheres, com certeza, eu amo as mulheres, eu tenho uma esposa, tenho uma filha, vim de uma mãe, no meu partido o vice-presidente, o tesoureiro e secretário são mulheres – eu amo as mulheres. Mas eu amo, principalmente o direito de quem não pode falar, o direito de quem não pode se manifestar, que é aquela criança que pode trazer alegria a uma vida, significado de vida para umas pessoas. A minha filha trouxe, me levou a fazer a bariátrica, me levou a me cuidar mais, me levou a ter expectativas de vê-la entrar na faculdade, de fazer seus 15 anos, e se ela quiser me dar até um neto, se não quiser também vai ser minha filha, eu vou amar ela a vida inteira. Mas Deus me deu esse presente e não cabe a mim tirar a vida desse presente, não cabe a nós tirar a vida de nenhum inocente que não seja no que já permite a lei. Que Oxalá abençoe a todos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, o público que está aqui e pela TVCâmara, realmente é um circo de horrores escutar vereadores da esquerda, homens e mulheres, falarem de democracia, falarem de liberdade do corpo da mulher em detrimento de pessoas que estão em desenvolvimento no útero materno é, além de um circo de horrores, um assassinato no dia. Eu não sei nem o que dizer quando eu vejo uma camiseta escrita “lute como uma

abortista”; na verdade deveria ser “lute como uma assassina”. Isso é mortandade de criança, esses são aqueles que dizem que o direito da mulher é superior, está acima, se sobrepõe a qualquer vida. Todas as vidas importam, que interessante, cadê a fala, PT, PSOL, PCdoB, que todas as vidas importam! Mentira, hipocrisia! Vocês são os de faz de conta, vocês não são pela vida, vocês são pela morte. Não venham me falar aqui sobre liberdade e democracia, não venham me falar sobre uma pergunta que uma vereadora do PCdoB me fez: “Mas quem é que quer o aborto?” Vereadora, a senhora não sabe ler que o STF está querendo descriminalizar, liberar todo tipo de aborto, como essa menina que vem aqui: abortista. Que absurdo! Que absurdo ficar ouvindo isso aqui, nesta Câmara, que deveria estar salvando vidas. Agradeçam a mãe de vocês que não abortou vocês, por isso que vocês estão aqui hoje, todos, que bom! Quero dizer que a medicina existe há séculos para salvar vidas, e o aborto é para matar. Aborto é legalizado apenas em três casos, eu não vou dizer porque já está mais do que na mente das pessoas. O aborto é legalizado em três formas: no estupro, na anencefalia e no caso do risco da mãe, e ponto. Todo aborto que vier fora do que está previsto em lei não é aborto; é assassinato. E aí ver que um homem branco, hetero sobe nesta tribuna dizendo que dá celulite para as mulheres que tomam pílula. Quero dizer, vereador, o senhor se atualize, converse com o vereador ali que é professor de biologia, me parece, do PSOL, que já tem pílula anticonceptiva para homens, que existe camisinha feminina, camisinha masculina, e que ter ou não ter bebê é uma decisão da mulher, aí, sim, que ela cuida do seu corpo. Ela decide se ela quer ter o bebê ou não antes do ato sexual, porque tem várias formas de evitar-se a gravidez, e não é o aborto. Não é o aborto, porque a medicina que cuida da mulher não deixa de cuidar da vida que está no ventre dessa mulher. Vou dizer para vocês que o Código Civil já diz, no seu art. 2º, que a personalidade civil da pessoa começa exatamente – e a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro – desde a concepção. E aqui não é uma questão de religiosidade e cultura; aqui é uma questão de vida. Se o ovo de uma tartaruga é protegido pela legislação ambiental, ora, vejam os senhores e as senhoras – pior ainda é escutar mulher falando sobre aborto –, o bebê que está em desenvolvimento no útero não é; é descartável, é coisa que se coloca no lixo, é algo que não diz respeito a mim, porque é algo que nasceu, está dentro de mim e eu não quero mais, porque dá celulite, dá trombose, dá não sei o quê. Gente, realmente, dizer para vocês que a vítima do aborto está absolutamente incapaz de operar a sua própria defesa.

E aqui eu trago um protótipo de um bebê de 12 semanas. Depois, eu vou entregar aqui para o vereador do PT, do PSOL, para a vereadora do PCdoB para enxergarem um bebê de 12 semanas que tem olhos, tem boca, tem nariz, tem orelhas, tem coração, tem vértebra, tem braços, tem mãos, tem pés, é um bebê, e aqueles que são a favor do aborto querem colocar no lixo. É um absurdo, é um absurdo o que nós estamos vivenciando.

E dizer para vocês que são tão pela democracia, o STF, neste momento, deveria estar defendendo a Constituição, que faz a defesa ao direito natural da vida, e o STF está fazendo o quê? Está querendo a morte, além de rasgar as questões de que os Poderes são harmônicos e independentes. Quem fala sobre essa matéria é Câmara Federal

e o Senado, não é nenhuma desembargadora, ministra que quer aparecer num palanque, porque não tem o que fazer. Essa imagem que os senhores estão vendo aí é uma escultura, uma obra do artista tcheco Martin Hudáček, e se chama “Memorial à Criança Não Nascida”. E a criança perdoa a mãe pelo crime do aborto. A escultura tem a mãe em mármore pesado, com a dor do arrependimento, e a criança é translúcida como o perdão. Nós, parlamentares, não vamos deixar que crianças inocentes sejam mortas, porque simplesmente uma mulher não quer ter celulite ou porque, vergonhosamente, outras mulheres da esquerda querem dizer que é o direito da mulher matar bebê. Aborto é assassinato, sou pró-vida.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Minha moção de solidariedade vai a todas as famílias que, neste momento, se encontram em situação extremamente fragilizada pelas enchentes que não dão trégua no nosso Estado. Minha solidariedade total. É inacreditável a que ponto nós chegamos, a distorção sobre temas aqui, sobre o que é importante, neste momento, para uma Câmara, para uma Casa Legislativa de uma cidade como Porto Alegre, é inacreditável.

Mas vamos falar sério, vamos falar sério sobre este tema proposto aqui, Ver.^a Fernanda, eu lhe convido: vamos falar sério sobre este tema? Eu me disponho a falar sério. Quando eu digo falar sério, eu estou aqui dizendo objeções desqualificadas de ordem religiosa – quero lembrar que este País aqui é laico –, moral ou de ilegalidade não impedem e nunca impediram, não vão impedir a realização de abortos, mas elas provocam medo e causam mortes de mulheres, sobretudo, as mulheres pobres que não têm acesso a clínicas que existem, funcionam e que atendem mulheres que têm recursos financeiros para pagar, obviamente, seja ela pagando ou o amante, isso não está em questão. A realidade é que a criminalização do aborto e a lei penal existente não reduzem as ocorrências. Vejamos: quem aborta mesmo no Brasil? É feito um aborto por minuto no Brasil, esse é um dado oficial, não sou eu que estou dizendo. Um aborto por minuto é realizado no Brasil, 81% das mulheres que realizam têm religião, viu? Uma a cada sete mulheres tem até 40 anos, 67% delas já são mães. E eu quero dizer – Ver. Janta, que aqui aborda a questão dos homens e faz esse apelo – a vocês, homens, que quase 500 crianças no Brasil são registradas por dia, 500 crianças registradas por dia sem o nome do pai, simples assim. Homens, homens, Ver. Janta. Portanto, criminalizar a mulher facilita a desinformação, desresponsabiliza o Estado e quer implementar política sobre direitos sexuais e reprodutivos, e, portanto, ameaça a vida. O aborto inseguro é a quarta causa de morte materna no Brasil! É pela vida das mulheres que eu estou falando. A clandestinidade impede o acesso ao atendimento integral humanizado, à saúde e traz altos custos à saúde pública. Defender a descriminalização não significa promover a prática, mas é promover a segurança, a saúde de meninas e mulheres. Eu quero dizer que ninguém – ninguém! – defende o aborto como método contraceptivo. Ninguém! O que reduz a

ocorrência de aborto comprovadamente são políticas coordenadas de educação sexual, direitos, planejamento reprodutivo, serviços adequados de saúde, que também coíbem a ocorrência de violência sexual.

Sobre o STF, para concluir, Presidente Sossmeier, a corte, para quem não acompanha, é obrigada a manifestar-se quando provocada. O STF não age por ofício; ele foi provocado a se manifestar por uma ação que foi impetrada. Exatamente porque o Congresso tem se omitido há muitos anos em relação a tratar desse tema. O STF tem o papel de garantir os direitos previstos na Constituição Federal. Esse é o papel do STF. Se uma lei é contrária à Constituição Federal, cabe ao STF, em sendo provocado, realizar sua análise e julgar se a legislação de fato deve permanecer prevalecendo. É isso que acontece com a criminalização do aborto no Brasil. O direito à saúde, o direito à vida – e não a descriminalização – é que estão previstos na Constituição Federal. Então, se uma lei viola esses direitos e o Congresso se omite, é necessário impetrar ação ao STF, análise de uma palavra sobre a norma existente. Por essas razões, meu voto é contrário à moção. A moção diz textualmente que é em face à eminente legalização do aborto; não é isso que está no STF, o que está lá é sobre a descriminalização. Então, não me venham com falácias, é pela vida das mulheres.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23, pelo governo.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Hamilton, colegas, o que se ouviu aqui na tribuna na tarde de hoje, impossível não registrar, é objetivo de “desengravidar” as mulheres. Então, uma criança em desenvolvimento, para que todos tenham conhecimento, é uma pessoa, é um ser, é um ser vivo; e atentar contra a vida de um bebê... olha eu não sei como alguém pode pensar em dormir à noite. Eu escutei atentamente várias manifestações, e a última, vereadora, colega, mulher também, me preocupou muito, porque a senhora aqui na tribuna falou que é uma prática o aborto, que é uma questão de saúde pública. Mas se é uma questão de saúde pública, nós estamos falhando! E nós precisamos focar na saúde pública, planejamento familiar, prevenção, oferecer isso para as mulheres, para as adolescentes, pois existe também o abandono de escolas, do ensino! Ora, mas não será com o aborto legalizado que nós vamos resolver esse problema. Não, o aborto não pode ser usado como um método contraceptivo, a inviolabilidade do direito à vida deve ser defendida por todos nós. E uma outra questão: não é papel do Supremo Tribunal Federal legislar sobre essa questão. Mais uma vez nós estamos assistindo ao STF abusar do seu poder para impor sobre a sociedade a vontade de uma minoria, sem seguir os ritos legais que sempre foram respeitados pelos três Poderes.

Para encaminhar a minha fala, mais uma vez, eu quero registrar, desta tribuna, que um bebê de 12 semanas tem todos os órgãos formados. Não é possível que alguém, no seu juízo perfeito, resolva matar um bebê. Os órgãos do bebê já estão completamente formados e, a partir de então, vão crescer e se desenvolver mais até o final da gestação.

Diversos órgãos já começam a funcionar e a produzir suas próprias substâncias. A glândula hipófise, localizada no cérebro, produz uma série de hormônios que vão ajudar a regular sinais vitais da criança e também uma série de outros processos metabólicos. A medula óssea, que já começa a produzir células que fazem parte da composição do sangue, como glóbulos brancos e vermelhos. O bebê já começa a fazer uma série de movimentos, todas nós mulheres sabemos disso. Quem já esteve num período de gestação sabe o quanto é significativo sentir esses movimentos. A criança começa a bocejar, a abrir a boca, a soluçar, a engolir o líquido amniótico, a se movimentar de maneira mais ativa e cada movimento é um sinal da sua vida, é um ser vivo. A placenta também já se encontra completamente formada, o cordão umbilical passa a se desenvolver cada vez mais, tornando-se fino e alongado. Eu não posso acreditar que alguém, em seu juízo perfeito, pense em terminar com uma vida. Ora, porque as mulheres, as mulheres têm o direito ao seu corpo. A mulher que, antes de ter uma relação sexual, se organize, use um método contraceptivo, mas não que ela decida com um aborto resolver a questão. “Oh, engravidei. Então, agora eu vou lá fazer um aborto, porque essa é uma maneira que eu resolvo o meu problema.” Não, eu não concordo. “Desengravidar” as mulheres; a criança em desenvolvimento é uma pessoa na 12ª semana, é uma existência real, isso é um atentado contra a vida, eu sou contra o aborto e voto a favor dessa moção. Em nome da bancada do Partido Progressista, obrigada Idenir Cecchim, líder do governo que me concedeu esse espaço para compartilhar do meu sentimento de revolta com as falas que aqui eu ouvi a favor do aborto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Presidente Hamilton, senhores vereadores, muito boa tarde a todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara. A eterna vigilância é o preço que se paga pela liberdade, liberdade essa que se usa exatamente para defender a vida, defender o bem maior que todos nós desfrutamos. Ora, todos nós um dia já fomos desse tamanho e crescemos, e porque crescemos, nós temos a obrigação, a missão de defender aqueles que não podem se defender. A esquerda constantemente fala sobre as minorias, as minorias e as minorias. A maior das minorias é o indivíduo, o indivíduo que não pode se defender, por isso nós temos a obrigação de ocupar este plenário e todos os lugares para defender a vida. A resistência se faz necessária, a nossa batalha não é uma batalha de foice, de armas, mas é uma batalha de posicionamento. Nós precisamos nos posicionar sempre porque hoje aqui mesmo neste plenário nós assistimos estarecidos uma senhora que coloca uma camisa e diz: “lute como um abortista”. Nós ampliamos isso muito mais, talvez a senhora Rosa Weber esteja julgando como um abortista, julgando como uma abortista. E nós podemos ampliar em todos os segmentos, essa mentalidade maligna, assassina, ela está permeada na nossa sociedade. Por isso, aprovar esta moção de repúdio é realmente um ato de resistência e de defesa da vida. Por isso nós precisamos, mais do que nunca, não calar, seja da forma que

for, sejam os ataques que vierem, de quem vier, precisamos manter posição, porque a nossa batalha é a defesa de um posicionamento pró-vida. Eu quero conclamar os colegas que votem, que apoiem, que marquem posição, aprovando esta moção de solidariedade da nossa colega, Ver.^a Fernanda Barth, e a minha que virá logo em seguida. Muito obrigado, que Deus abençoe!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/23.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, na pessoa de Vossa Excelência cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, primeiramente quero aqui fazer o encaminhamento a respeito da posição do PDT com relação ao que estamos votando, cumprimentando o CMDCA pela acertada decisão de suspender a eleição do Conselho Tutelar em Porto Alegre na microrregião 1; eu estive agora ali nas ilhas, Presidente, realmente não tem condições. O pessoal está com água pelo pescoço, está tudo alagado; acho que até domingo não vai resolver, pode até ser que melhore, mas acho que foi acertada a decisão de suspender a eleição na microrregião que está mais afetada, que é a microrregião 1, que envolve as ilhas. Da mesma forma, acho que aqui em Eldorado, na nossa vizinha Eldorado do Sul, também foi suspensa a eleição para o Conselho Tutelar, no domingo. Ao mesmo tempo, aqui já fizemos então o chamamento para que o pessoal vá votar no domingo, porque essa é uma pauta muito importante da criança e do adolescente, essa é uma eleição que não é obrigatória. Também me solidarizo com todas as vítimas atingidas pelos alagamentos em todas as regiões da cidade. No calçadão de Ipanema, hoje pela manhã, estava batendo água nas casas, aqui no centro, em toda parte, toda nossa orla, inclusive o Ver. Gilson Padeiro estava postando hoje de manhã, o nosso Lami, os nossos 74 quilômetros de extensão de orla que banham Porto Alegre.

Com relação ao aborto, já me manifestei em liderança, na segunda-feira; somos contra o aborto da forma como foi votado e mencionado no STF, pela ministra, autorizando o aborto até a 12ª semana. Eu acho o seguinte, se tem um coração batendo, ali nós temos uma vida. E ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém, senão Deus. Então, nós não podemos autorizar que nas farmácias, ou por qualquer método que se possa considerar possível um aborto, que isso seja considerado legal, porque nós estaremos sendo cúmplices ao aceitar a morte. Eu acho que a nossa Constituição é muito clara quando diz que é proibido matar, e não tem nenhum tipo de costura ou articulação de interpretação legislativa que possa querer encontrar algum fundamento que diga que uma criança que está sendo gerada, com 12 semanas, não é uma vida. O aborto é uma *causa mortis*, tanto é que é permitido o aborto quando a gravidez oferece risco à mãe, quando há uma deformidade física ou uma anencefalia, ou em razões de estupro. Já são consideradas as situações em que é permitido a uma mulher fazer o aborto, agora, simplesmente, aceitar o aborto até 12 semanas, porque determinada mulher entende que ela não quer mais ter o filho... Não, espera aí um pouquinho. Eu acho que não dá. Nós

temos todos os métodos contraceptivos. A legislação não permite, no Brasil, que se tire a vida de ninguém, e uma pessoa que está sendo gerada é uma vida que está vindo, que está aflorando com saúde plena, sem nenhuma justificativa plausível, pura e simplesmente por alguma alegação de o direito da mulher... Não, para nós aqui essa interpretação não vale; o que vale é o que está na lei: é proibido matar. Então, encaminho aqui em nome da nossa bancada que vamos votar favoravelmente à moção da Ver.^a Fernanda. Somos contra o aborto, sim. Fica aqui o registro, desta tribuna, da nossa posição, da nossa em opinião e do nosso encaminhamento. Pela atenção, muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o Requerimento nº 164/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o Requerimento nº 190/23 seja a primeira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da sessão de segunda-feira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, eu acho muito estranho a Ver.^a Abigail, do PCdoB, que no início da sessão, quando a Ver.^a Fernanda pediu para trocar a posição do seu projeto que estava em sétimo, que já está há duas, três sessões na priorização desta Casa, vieram aqui o PCdoB, o PT, o PSOL, contra o requerimento da Ver.^a Fernanda, dizendo que o projeto tem que seguir a ordem das reuniões de liderança que aconteceram hoje pela manhã às 11 horas. Nem encerrou a sessão, e a vereadora vem fazer um requerimento para um projeto dela que entrou hoje na pauta, hoje na priorização, e agora a vereadora pede para ser o primeiro de uma próxima sessão. Então, nós temos que seguir ou não seguir o que se acorda. A vereadora faz uma fala e logo depois muda o seu pensamento. A Ver.^a Fernanda teve o voto contrário de toda oposição, porque não queriam votar o projeto da vereadora. Agora, na mesma sessão, a vereadora pede para trocar. Eu não sou contra a que façam requerimentos, mas neste caso, vereadora, votarei contra o seu requerimento exatamente pela sua posição no projeto da Ver.^a Fernanda Barth, que fez o pedido de um projeto que já estava na

priorização há mais de uma semana, por vários dias, e a senhora foi contra o requerimento; agora a senhora quer usar o mesmo sistema para trocar o que a senhora foi contra. A gente tem que se respeitar aqui, Ver.^a Biga, se vale para um, vale para outro. Eu sou favorável, sim, aos requerimentos, mas neste caso votarei contrariamente, porque toda a oposição votou contra o requerimento da Ver.^a Fernanda. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Querido Presidente Hamilton, vereadores, tem uma frase que diz: o que aqui se faz, aqui se paga. Isso não quer dizer nada sobre ameaça, isso ou aquilo; quer dizer que a gente tem que ter uma linha de raciocínio lógico e a gente não pode ser seletivo – para uma pessoa vale, para outra pessoa não vale –, senão é palhaçada! Eu quero que tu, que estás assistindo a TVCâmara, saibas o que acontece aqui na Câmara de Vereadores: o pessoal do PT, do PSOL e do PCdoB adora falar seletivamente contra os outros vereadores quando não concordam sobre o tema. E vejam bem que hoje nós tivemos o pedido da Ver.^a Fernanda Barth para que um projeto de lei dela, uma moção, mais especificamente contra o que o STF está fazendo a respeito de legislar sobre o aborto, passasse para segundo item da Ordem do Dia de hoje – algo muito normal, algo regimental e que, reforço aqui, eu, muitas e muitas vezes, aliás, todas as vezes, concordo, aceito e voto “sim”. Agora, não pode uma vereadora do PCdoB, um vereador do PSOL ou um vereador do PT vir aqui e falar mal sobre o que a senhora fez, Ver.^a Fernanda Barth, e depois vir aqui e querer fazer a mesma coisa; não pode ser seletivo! Até porque o que vale, de acordo com os vereadores da oposição, é o acordo dos líderes. Já está aqui o seu projeto, a sua moção, Ver.^a Biga, está em vigésimo lugar, até onde nós formos hoje aqui para e na segunda continua. Juro. A senhora tem que prestar bem a atenção, vou lhe dizer, bem bonitinho, a da Fernanda estava atrás, mas ela pediu, e aí como a senhora disse “não”, a gente vai lhe mostrar agora como é que acontece quando tem vereador que seletivamente escolhe se quer ou não trocar. Então vou lhe dizer, com todo carinho, eu vou votar “não” ao seu pedido para a sua moção ser a primeira na segunda-feira. Porque eu vou respeitar, Oliboni, neste momento, a decisão do colégio de líderes, e que está aqui dita qual é a ordem para segunda-feira. Então, na Brigada a gente diz que “tiro trocado não dói”, então não leva para o coração, mas a gente tem que ser paz e amor para tudo. O respeito, o amor venceram para todo mundo, não pode ser só para um lado, senão fica feio. E tu que estás nos assistindo na TVCâmara, às vezes é complicado de entender aqui, é porque o pessoalzinho que gosta de complicar faz umas narrativas diferentes, mas não vá cair nessa, fica ligado para entender bem como é que funciona.

Conclamo os vereadores a votarem “não” a esse pedido, para que a gente possa exemplar, assim que funciona quando criança faz algo mal-educado: a gente exempla, dá o castigo, mostra que estava errado e tudo anda normalmente. E não pode

ser igual aquele menininho que está perdendo o jogo, pega a bola e vai embora só porque perdeu o jogo. Vamos lá, vamos tratar todos aqui com humanidade, com resiliência, com amor, com paciência, porque, aliás, afinal, não é, Ver. Ramiro, o amor venceu. E nesta Casa que o amor vença sempre, que tudo sirva para todos. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de sua autoria.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Sossmeier, eu me inscrevi para reafirmar a minha fala aqui, em apoio ao senhor, como Presidente, quando nos solicitou no colégio de líderes para que não houvesse alteração daquilo que foi acordado. Eu reafirmo a minha opinião, eu não mudei de opinião, o respeito para mim é coisa que eu aprendi desde criança. É isso. Agora, foi alterado. Esse é o fato. Foi alterado. Aqui foi solicitado, tinha o direito e foi alterado. Bom, se altera, vale para um, vale para outro. Não é assim? Pau que bate em Francisco não bate mais no Chico? Oi? Agora, eu quero dizer a vocês que aqui todos, todas são parlamentares; aqui não é pessoalzinho. Quem é o pessoalzinho? Tem vereadores que é pessoalzinho? Eu respeito cada vereador, cada vereadora, independente da sua ideologia; para mim aqui não tem pessoalzinho. Quero deixar aqui claro que quando solicitei, vereador, se o argumento é que perdia o mérito, o que aconteceu no Beira-Rio, o ataque que os milicos fizeram àquela população que estava ali nas suas paixões comemorando, isso não pode mais acontecer. Não pode acontecer de entrar dentro dos bares e fazer o que fizeram ali na Av. Padre Cacique. E, em solidariedade a eles, na semana que vem terá jogo novamente no Beira-Rio, foi que eu solicitei esta moção. Tem mérito! Tem mérito, não é uma moção qualquer que não vai alterar nada, porque o que acabou de ser aprovado aqui não muda o voto no STF, mas um requerimento como este muda a realidade em Porto Alegre, e eu sou a vereadora de Porto Alegre. Portanto, eu reafirmo aqui, para encaminhar, a necessidade de nós aprovarmos este requerimento para que a semana que vem ele, de verdade, possa ser colocado em prática e que ali a gente não assista mais a nenhuma agressão como nós já assistimos. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário, Comandante Nádia, Fernanda Barth e Alvoní Medina, o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 15 votos **NÃO**; 14 votos **SIM**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0315/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o Prêmio de Música Bebeto Alves. (SEI 021.00113/2023-99)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Engº Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PR nº 033/23](#). O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, hoje, é o Dia Nacional da Doação de Órgãos. Bebeto Alves foi músico, compositor e transplantado. A gente fez questão de que caísse neste dia para prestar uma homenagem a ele, até porque, cada vereador, a cada legislatura, poderá ofertar a alguém da área da cultura, da música, da arte, esse prêmio com um diploma nessa área. Portanto, tem uma história muito bonita do Bebeto, com a gravação de mais de 30 discos em Porto Alegre e tem uma legião de seguidores. Em memória, nós queremos prestar essa homenagem, portanto, peço a sensibilidade dos colegas vereadores.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o PR nº 033/23. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**, 7 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1306/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 579/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o Programa Censo de Inclusão das Religiões de Matriz Africana no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00163/2021-10)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cezar Augusto Schirmer: pela aprovação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;

- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Matheus Gomes: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-11-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 579/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, o PLL nº 579/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal). **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, só para deixar consignado que o IBGE, no Censo, já faz a pergunta sobre a religiosidade da pessoa, por isso foi o voto “não” e tenho certeza de que os outros vereadores também que votaram “não” tiveram essa motivação, porque é algo que já existe no Censo, através do IBGE.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, eu não fui à discussão para não estender, a gente tem mais projetos para votar, mas a gente respeita muito todas as religiões, sou presidente da Frente Parlamentar de Estado Laico e Liberdade Religiosa, mas, de fato, o IBGE, que já custa aos cofres públicos, já traz os microdados. Além disso, seguindo a pauta do partido NOVO de contenção de gastos públicos, como já há o IBGE, nós, do NOVO, entendemos que não há necessidade. Não se trata aqui de um juízo de valor ou de religião, mas apenas de uma tecnicidade, já que o IBGE está aí. Obrigado.

Vereador Claudio Janta (SD): Só para esclarecer: primeiro, o IBGE fez uma pesquisa que eu esperaria que os prefeitos, governadores e o próprio Presidente da República questionassem: de cada 100 questionários, somente um era completo. Somente esse um perguntava até a religião, se havia pessoas com deficiência e autistas dentro da casa. Segundo, os vereadores votam como quiserem, depois não vão no nosso terreiro pedir voto, como foi com o Centro do Autista, que alguns foram contra e depois estão lá no Certa lá, tirando casquinha do Certa. Tenham consciência na hora de irem nos terreiros também pedir voto.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0957/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 401/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o Programa Inclusão Alimentar. (SEI 024.00095/2021-81)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Aldacir Oliboni: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 20-04-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o **PLL nº 401/21**. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com o voto contrário do Ver. Tiago Albrecht.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, gostaria que o senhor consultasse o Ver. Moisés Barboza, porque o item nº 06 – PLL nº 127/23 – é de autoria dele e se trata de alteração de nome de logradouro, que necessita de dois terços dos votos favoráveis para aprovação. Então, eu gostaria de consultar se o Ver. Moisés deseja manter hoje ou gostaria de passar para um outro dia.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 127/23, por uma sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0435/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 224/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que inclui art. 2º-A na Lei nº 11.874, de 16 de julho de 2015, assegurando o uso do nome social em solenidades do Município de Porto Alegre sem a obrigatoriedade da apresentação de Carteira de Nome Social. **(SEI 210.00317/2022-11)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Tiago Albrecht;
- com Emenda nº 02, dos Vers. Jonas Reis (Líder da Bancada do PT) e Giovani Culau e Coletivo;
- com Emenda nº 03 (destacada), da Ver^a Cláudia Araújo (Líder da Bancada do PSD);
- adiada a discussão por uma Sessão em 21-06-23;
- adiada a discussão por uma Sessão em 26-06-23;
- adiada a discussão por uma Sessão em 05-07-23;

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 224/22](#). (Pausa.)

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 224/22, por uma sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando a retirada do PLL nº 360/23 da ordem de priorização de votação, e que seja o primeiro projeto a ser apreciado na Ordem do Dia da sessão ordinária prevista para o dia 4 de outubro de 2023. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Informamos que, na próxima quarta-feira, será o dia da votação da LDO, que tem 73 emendas.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 403/22, por duas sessões.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2428/07 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/07, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.591, de 10 de janeiro

de 1995, e alterações posteriores, obrigando os estabelecimentos comerciais e supermercados com área construída superior a 6.000m² (seis mil metros quadrados) a manterem, no mínimo, 02 (duas) cadeiras de rodas motorizadas à disposição de deficientes físicos e de pessoas circunstancialmente necessitadas. (SEI 008.00016/2020-77)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Valdir Caetano: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto; Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Paulinho Motorista: pela rejeição do Projeto (empatado);
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela rejeição do Projeto.

Observações:

- a Emenda nº 01 restou prejudicada;
- incluído na Ordem do Dia em 08-02-21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 074/07](#), de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 074/07, por duas sessões. Eu estou construindo com o Ver. José Freitas algumas emendas, então a gente está fazendo a quatro mãos, e tem mais algumas contribuições do Ver. Mauro Pinheiro, que é supermercadista.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Jonas Reis. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete vereadores presentes. Não há quórum.

(17h46min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0950/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 564/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Capelão Militar Walter de Matos Benites o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua F – Vila Mimo de Vênus, localizada no Bairro Mário Quintana. **(SEI 215.00104/2023-76)**

PROC. Nº 0953/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 566/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Praça Brigadeiro Nero Moura o logradouro público cadastrado conhecido como Praça 975. **(SEI 025.00025/2023-93)**

PROC. Nº 0963/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 572/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua Arysoli Bueno da Silva o logradouro público conhecido como 5063, CTM 8657017, localizado no Bairro Boa Vista do Sul. **(SEI 161.00085/2023-51)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0389/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 198/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Dia da Família nas redes de ensino pública e privada no Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00066/2023-81)** Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta.

PROC. Nº 0921/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 547/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que declara como bem cultural de natureza imaterial do Município de Porto Alegre a Chama Crioula. **(SEI 165.00173/2023-59)**

PROC. Nº 0893/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 068/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Riograndense do Cavalo de Rédeas – ARCR. **(SEI 165.00167/2023-00)**

PROC. Nº 0974/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 072/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação dos Proprietários e Usuários do Porto Seco de Porto Alegre. **(SEI 138.00077/2023-38)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão

(Encerra-se a sessão às 17h47min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *